

4

Uma armadilha chamada livre-arbítrio: Agostinho e o drama do pecado original

4.1. Prólogo

Na primeira parte demonstrei que, na defesa da proposição do Deus unitário, onipotente e justo criador do universo, fundamento da realidade e doador do sentido da história do homem, desde a sua criação ao cumprimento escatológico do seu *telos*, o mal foi sendo artificialmente integrado à força das teodicéias. A idéia lisonjeira, que proporcionava precioso apaziguamento da angústia em face do absurdo, não poderia vigorar incólume: o sofrimento logo se afigurou o seu óbice fundamental.

A doutrina da retribuição pareceu uma solução evidente, porquanto associava o sofrimento ao castigo, preservando assim a justiça soberana de Deus e a harmonia da criação, por cuja ordem os pecadores são punidos e os justos recompensados.

Entretanto, desde cedo, a noção de justiça distributiva implicou a consciência de que deveria ser provocada por uma livre iniciativa da vontade. Se as desgraças não fossem suscitadas pelos pecados livremente praticados pelo homem, seria necessário remeter ao Onipotente, vontade livre e princípio universal, tanto a origem do pecado quanto das desgraças dele oriundas.

A única solução encontrada para um embaraço tão grave foi interpor, entre o Criador e o mundo, o único artifício capaz de evitar que a causa do mal precisasse ser diretamente atribuída a Ele: – um ente que lhe fosse assemelhado, alguém provido de uma vontade absolutamente livre, e que, assim, restringisse a responsabilidade divina ao que não estivesse sob a responsabilidade do homem, isto é, ao que não decorresse da autonomia da vontade humana, contra a qual Deus mesmo se tornou impotente.

O homem é, pois, alçado a uma dignidade quase divina, graças à qual se torna capaz de *arbitrar a sua vontade*, para o bem ou para o mal, ou melhor, de acordo ou em desacordo com o dom da Lei que o Criador lhe concedeu. E assim se inicia a história ocidental da responsabilidade, da má-fé e da culpa.

Deus, entretanto, perde o poder de compelir a intimidade dos homens, sendo rebaixado à função de apenas cominar-lhes prêmios e penas, após julgá-los segundo a sua lei. – Ainda perscruta-lhes os corações, mas já não é capaz de tocá-los.

Conforme se infere de todo o exposto, a noção de Deus justo é limitadora da noção de Deus todo-poderoso. Justiça e onipotência são obviamente incompatíveis: a onipotência pressupõe a liberdade absoluta da vontade, enquanto a justiça implica a circunscrição da mesma vontade aos estritos limites da Lei. – Não se pode pretender que um Deus todo-poderoso seja *necessariamente* justo, quanto menos o contrário.

Contudo, ao longo da história das teodicéias, esse fato não pareceu óbvio aos defensores da noção absurda de Deus segundo a doutrina ortodoxa do monoteísmo. Em proveito da idéia de sentido, a ideologia monoteísta sobreviveu, e as teodicéias se multiplicaram, associadas aos conceitos de progresso e de livre-arbítrio da vontade.

Cumprir enfatizar que o gravíssimo problema filosófico da liberdade humana está intrinsecamente vinculado ao problema do mal, porquanto, se a maldade for um destino, o homem não pode ser livre. Por conseguinte, sendo Deus a origem e o fim do universo, todos os males, mesmo os oriundos da vontade humana, lhe deverão ser remetidos.

Eis o motivo óbvio pelo qual, se os fazedores de teodicéias não conseguissem provar a liberdade humana, seriam forçados a admitir, a exemplo de tantas mitologias pagãs, a tragicidade de uma existência totalmente subjugada ao arbítrio da vontade de um Deus onipotente, porém injusto. Mas, é precisamente essa a dimensão trágica que o monoteísmo objeta. Se as ações do Criador forem absurdas, a vida perde o sentido. Tampouco podem ser indiferentes à sorte dos homens, ou privilegiar arbitrariamente uns em detrimento de outros, segundo os obscuros critérios das suas paixões: – Deus deve ser tão imparcial quanto o pai que os homens pretendem que ele seja!

O vínculo das teodicéias do livre-arbítrio e da retribuição, portanto, nada tem de abstruso: se lhe faltasse liberdade, o homem seria inimputável, tão simples assim. Eis a probabilíssima razão pela qual as primeiras teodicéias já dispunham claramente que o homem fora criado à imagem e semelhança do Criador, e, portanto, dotado de atributos análogos aos seus: de inteligência para discernir o bem do mal, e de vontade autônoma, capaz de optar pelo cumprimento ou pelo descumprimento da justiça.

Entretanto, um sistema pretensamente filosófico, com o objetivo explícito de embasar a idéia de autonomia humana, e, assim, eximir Deus da culpa pela origem do mal, só veio à luz com o advento do cristianismo. Empreitada tamanha, e de antemão

fadada ao fracasso, foi empreendida por Agostinho (340-453), o persistente autor do primeiro sistema filosófico em teodicéia, que, de balde, tentou conferir algum sentido às contradições da doutrina paulina que o inspirou.

Nesse capítulo acompanharemos o bispo de Hipona na sua tormentosa busca de uma solução para o problema do mal, analisando detidamente a sua racionalmente frágil (aos nossos olhos pós-modernos), mas ideologicamente poderosíssima doutrina sobre o livre-arbítrio, mediante a qual pretendeu resolvê-lo.

Como veremos, Agostinho desvia novamente o foco do problema da origem do mal no mundo, que já fora, no judaísmo, desviado de Deus para o homem, para o bem mais complexo da origem do mal no homem. Doravante o *mal sofrido* cede lugar ao *mal cometido*, o infortúnio à maldade, como o cerne da questão.

Atribuir ao homem a causa de todos os males, como os judeus o fizeram, não solucionou o problema, pois que a pergunta persistiu: “e o mal do homem, como não o imputar ao bom Deus que o criou?”. Eis a principal fonte da aflição de Agostinho, cuja alma, relutante em admitir a possibilidade de Deus ser a origem do mal, almejava encontrar algum sentido no mundo.

Com efeito, veremos que após defender passionalmente a tese segundo a qual o homem possui livre-arbítrio, Agostinho foi obrigado a admitir (face aos inexoráveis fatos da condição humana tal como então se lhe apresentava), que aquele tão sublime dom fora deteriorado pelo mau uso que dele fizeram os primeiros homens, de modo que a natureza humana, desde então, está corrompida por um “pecado original”, por cujas conseqüências, transmitidas geneticamente, todos somos, paradoxalmente, ao mesmo tempo, vítimas e culpados, incapazes como nos tornamos de arbitrar a nossa vontade segundo a vontade de Deus. A humanidade, portanto, sem o auxílio da graça divina, já não pode realizar o propósito a que foi destinada, qual seja o de oferecer ao Criador, pela prática da justiça, o louvor que lhe é devido. Os homens vêm ao mundo condenados a uma desventura merecida: os sofrimentos a que estão passíveis não são injustos, mas indícios da harmonia da criação de Deus, que não pode deixar impunes os seus pecados.

Desde que Agostinho enfatizou a íntima relação entre os problemas do mal e da liberdade, quem se tenha ocupado filosoficamente do tema da responsabilidade, se não for ingênuo, já não aborda problemas morais sem também considerar seriamente a efetividade da autonomia humana.

Entretanto, não obstante o brilhantismo das questões que suscitara, o próprio Agostinho as encobriu com uma profusão de respostas dogmáticas, que perduraram quase incólumes durante o período medieval, e marcaram o pensamento do Ocidente até a Modernidade, quando outro gênio filosófico, impelido pelo mesmo espírito que movera Agostinho a buscar sentido no mundo (malgrado as objeções das evidências), e a defender a existência de um fundamento metafísico racional, uma ordem absoluta (em relação à qual toda desordem seria relativa), retoma as perguntas de Agostinho, e tenta formular novas respostas, a partir de uma postura pretensamente crítica, porém motivada pela mesma necessidade de refutar o caos, o ceticismo e o determinismo, e, sobretudo, de estabelecer a moral em uma base inabalável.

Conforme veremos, no próximo capítulo, a formulação kantiana da doutrina do livre-arbítrio procura distanciar-se da heteronomia implicada na obediência a uma lei outorgada aos homens desde fora, para fundamentar a liberdade em uma suposta autolegislação da razão, e assim elidir a necessidade de uma autoridade transcendente, incognoscível para Kant, como fundamento da moral.

Porém, constatando a incapacidade da nossa humanidade finita em satisfazer plenamente a justiça (ou *sumo bem*), que implicaria na perfeita prática da virtude, e, por conseguinte, na merecida recompensa da felicidade, Kant se vê obrigado a postular a imortalidade da alma e a existência de Deus para tentar evitar o desmoronamento da moral, que se mostrara embasada sobre – nada. Foi assim que, malgrado a sua crítica arrebatada da teologia racional, Kant acaba por inventar a sua própria teodicéia.

Analisemos, pois, os vestígios da teodicéia no pensamento destes autores que, sem dúvida, figuram entre os mais influentes filósofos do Ocidente.¹

¹ Sobre a biografia e o percurso filosófico de Agostinho, conferir, especialmente, Brown, Peter; Matthews, Gareth B.; O'Donnell, James J.; Wills, Garry; Gilson, Étienne. Sobre temas relacionados ao problema do mal, conferir: Costa, M. R. N., 2002; Evans, G. R.; Jolivet, R.; Mann, Willian E.; Stump, Eleonore.

4.2. Agostinho e as vicissitudes do livre-arbítrio

4.2.1. “*Unde malum?*” – “*Quid sit malum?*”

Jaspers bem o disse: Agostinho pensa em questões. Fazê-lo significa, para ele, pensar a partir das experiências da vida, pois que, por elas, as questões são suscitadas. De tais vivências, nenhuma talvez lhe tenha suscitado tantas, e tamanhas, indagações, e influenciado tanto o seu pensamento, quanto aquela do mal.

Para Agostinho o problema do mal não se poderia reduzir a uma dificuldade meramente intelectual ou teórica, uma dessas charadas completamente despojadas de implicações práticas que os lógicos se propõem, mais como passatempo, para escapar do tédio, do que por uma necessidade de ordem moral ou psicológica. Ao contrário, era a sua compreensão de si e do universo, a racionalidade das suas crenças, e, assim, do seu modo de agir no mundo, e ainda a sua premente necessidade de se orientar de acordo com a verdade, que estavam em jogo nesse problema. Eis o fato que tornava para Agostinho tão urgente a sua resolução: – o mal, que obviamente se afigura uma experiência, mesmo se apenas ilusória, lhe era, como tal, uma dificuldade, sobretudo, existencial.

Assim, desde quando, ainda jovem, Agostinho constatou a imensa gravidade do problema do mal, este se tornou um dos elementos centrais das suas meditações, cujo progresso acompanhou o dinamismo das suas vivências, sendo enriquecidas, ao longo da sua história, pelo acúmulo dos conhecimentos que avidamente adquiria.

Para uma compreensão da gênese e do desenvolvimento das suas opiniões é, portanto, imprescindível a consideração de que estas foram elaboradas a partir de um diálogo apaixonado com as tradições que determinavam o ambiente cultural onde foi educado. Ainda que, desde a sua conversão, sobrevinda a um demorado processo, o cristianismo se tenha tornado o oriente do seu pensamento, a maior parte das noções filosóficas da antiguidade, que marcaram o seu percurso intelectual, deixaram traços permanentes nas suas doutrinas.

Em poucos filósofos é tão explícita a relação entre pensamento e vida quanto em Agostinho. Existencialista por excelência, suas *Confissões* testemunham de maneira inequívoca o fato de que a compreensão das suas idéias exige uma séria consideração dos eventos mais cruciais da sua existência; de modo que nos cumpre, de acordo com

os objetivos desse ensaio, perscrutar na obra de Santo Agostinho, principalmente em sua autobiografia, a fonte de sua maior angústia, qual seja o problema da origem e da natureza do mal; e ainda as suas tentativas de solucioná-lo.

Com efeito, o problema do mal obsedou de tal modo o pensamento de Santo Agostinho, que circunscreveu grande parte dos principais elementos de sua teologia e de sua filosofia. Fundamentalmente a sua obra configura-se uma reflexão apaixonada, (e freqüentemente demasiadamente apaixonada), acerca da tragédia do homem diante das realidades do Bem e do Mal.

Filho de uma cristã fervorosa, cuja religiosidade beirava as raias do fanatismo, (e muito provavelmente as excedia), conquanto tenha sido educado em um ambiente marcado por uma fé monoteísta um tanto quanto peculiar, devido a certo sincretismo ritual com as religiões africanas tradicionais, a sua dificuldade em entender os textos das Sagradas Escrituras, e a consideração de que os relatos do Antigo Testamento e a imagem de Deus aí descrita eram absurdos, impediram Agostinho de aderir à religião cristã durante a juventude. Ao contrário, jovem extremamente inteligente e ávido por conhecimento, quando estudava retórica em Cartago, Agostinho, aos dezenove anos, após a leitura do *Hortensius*, de Cícero, se enamora da filosofia, tendo aprendido que a felicidade plena consiste na posse do conhecimento da Verdade, ou seja, de Deus – o Bem; o que se obtém mediante um caminho ascendente de contemplação intelectual.

Surpreendentemente, foi um filósofo estóico, e não a Bíblia, quem introduziu Agostinho aos rudimentos de um cristianismo que se tornava, no séc. IV, conforme veremos, cada vez mais helenizado, misturando a teologia dos profetas hebreus com a mitologia cristã e o racionalismo da filosofia clássica: Cícero avivou em Agostinho a paixão abrasadora pela sabedoria transcendente e eterna, e o anseio compulsivo pelo conhecimento da Verdade.

A partir de seu contato com o pensamento filosófico, a antiga necessidade de Agostinho de uma explicação coerente para o problema que mais o afligia, qual seja o da origem do mal em um mundo supostamente engendrado por um Deus bom, toma a forma de questão teórica. E uma vez que as Escrituras, com sua linguagem rústica e contraditória, tão diversa da retórica elevada a que estava habituado, não foi capaz de lançar luz sobre o enigma crucial que o afligia, Agostinho acaba por se deixar seduzir pelo discurso, de cunho pretensamente racional, dos maniqueístas, a cuja seita se filia no ano de 373, e onde permanece dos dezenove aos vinte e oito anos.

A seita gnóstica dos maniqueus

No começo de nossa era o catolicismo esteve longe de ser a principal religião do ocidente. Ao contrário, partilhou seu domínio com uma profusão de movimentos espirituais de caráter escatológico, conhecidos pela designação genérica de *gnósticos*; os quais têm sua origem remota no extraordinário sincretismo entre as diversas religiões orientais e a filosofia grega, característica do período helenístico, que se iniciou com a conquista do oriente por Alexandre, o Grande (334-323 a.C.).

O maniqueísmo foi a mais importante religião gnóstica de que se tem notícia. Fundada na Mesopotâmia, no séc. III, pelo profeta Mani, o maniqueísmo teve, desde o início, a pretensão de ser, a um só tempo, uma religião universal e uma filosofia.

Ao invés de negar a doutrina dos grandes líderes religiosos que o precederam, Mani considerava Buda, Zoroastro e Cristo como seus antecessores, mesclando à sua doutrina elementos da ética budista, da cosmologia zoroastra e da escatologia cristã, e proclamando-se o último profeta, cuja revelação seria a culminância das anteriores.

Porém, a peculiaridade do maniqueísmo que provavelmente atraiu Agostinho, foi a sua pretensão de fornecer uma explicação coerente para a origem e o sentido do universo e do homem, e para a natureza de Deus, capaz de dirimir completamente o problema do mal.

A doutrina maniqueísta

A doutrina de Mani, endossada por Agostinho durante os nove anos em que pertenceu à sua seita, se baseia no dualismo metafísico, cujas raízes estão lançadas no zoroastrismo, segundo o qual Deus – o Bem, e a Matéria – o Mal, são tomados como dois princípios co-eternos e antagônicos.

A doutrina maniqueísta consiste em uma soteriologia, isto é, uma doutrina de salvação; que, a exemplo do monoteísmo, se processa em uma história linear dividida em três tempos: “o princípio, o meio e o fim”, no qual se desdobra o drama da queda e da salvação de Deus. – Apresentarei, a seguir, uma descrição sintética dos principais elementos do complexo e contraditório relato desse percurso.

A mitologia maniqueísta dispõe que, no princípio, as duas substâncias, o Bem e o Mal, existiam de forma absolutamente independentes uma da outra. Tratava-se de

dois princípios ontológicos, duas naturezas; uma boa, denominada Deus, e outra má, não criada por Deus, denominada Matéria (*Hyle*) ou Diabo.

É importante enfatizar que os maniqueístas concebiam a Matéria como sendo eterna, sem origem; uma vez que, sendo absolutamente bom, não admitiam que Deus pudesse ser o responsável pelo Mal: – Bem e Mal sempre existiram; e seus poderes se equivaliam. O ponto de partida da metafísica maniqueísta não é, pois, ao contrário da monoteísta, a eternidade da existência solitária do Absoluto, mas a co-eternidade de duas substâncias que – desde sempre – coexistem de modo totalmente eqüipotente.²

O tempo médio é marcado pela amálgama dos dois princípios: – Por inveja, o Mal, representado pelas Trevas, emana de sua própria substância seres infernais para atacarem Deus, o qual gera um filho, o *Homem Primordial*, para lutar contra os poderes do Diabo. Porém, durante o combate, o filho de Deus se rende, sendo feito cativo da Matéria.

Dando-se conta da sua condição miserável, o Homem Primordial suplica pela salvação de Deus, que gera uma segunda emanção, o *Espírito Vivificante*, que vem em seu auxílio, resgatando-o do domínio do Mal. Contudo, ao ser resgatado, o Homem Primordial deixa na Matéria fragmentos de sua alma: – Dessa mistura de centelhas da Luz divina com as Trevas surge o cosmos.

Agora é preciso salvar as partículas de Deus dispersas na Matéria. Portanto se dá a terceira emanção. Grosso modo, a beleza desse novo enviado inflama de paixão os seres das Trevas, que vertem o seu esperma sobre a terra, dando origem às plantas e aos animais, dentre os quais o primeiro casal: Adão e Eva.

Todos os seres vivos são, pois, de acordo com o maniqueísmo, um composto de corpo e alma, isto é, de um elemento sensível, cuja concupiscência os impulsiona a se reproduzirem e, assim, perpetuarem-se na sujeição da matéria; e de outro elemento espiritual, consubstancial a Deus, não obstante cativo na carne. – Salvo as emanções

² Vale notar que embora os maniqueus associem o Mal ao termo Matéria, o Bem, não obstante, também é de natureza física, ainda que a sua materialidade seja de outra espécie: o Bem não é uma substância espiritual (noção totalmente desconhecida pelos maniqueus), mas corpórea, ainda que sutil. – Sobre o maniqueísmo, cf. Tardieu, M.; Rudolph, K.; Jonas, H.; Costa, M. R. N., 2003. – Agostinho foi o maior apologista do maniqueísmo, tendo cooptado, com a sua brilhante oratória, um extraordinário contingente de fiéis. É extremamente provável que, se ele não se houvesse convertido ao catolicismo, a história do ocidente seria radicalmente diferente, tamanha a sua verve política e retórica; ou melhor, política, isto é, retórica.

puras, ser algum é naturalmente bom, mas são todos amálgamas de Bem e de Mal, de Luz e de Trevas. – Eis a sua trágica condição, pela qual – não são responsáveis.

É evidente o caráter soteriológico do maniqueísmo: Deus está prisioneiro das Trevas, por isso precisa libertar-se a si mesmo deste domínio. – Para tanto conta com o auxílio dos homens, enquanto os auxilia: – O homem salva Deus quando se salva; e Deus se salva quando salva o homem, pois que um fragmento de si está afundado no corpo humano, que é consubstancial ao Diabo.

Nesse contexto entra em cena a quarta emanção da Luz: – Jesus, cuja missão consiste em proclamar a Adão e aos seus descendentes a sabedoria, ou *gnose*, pela qual suas almas são libertas da ignorância e do erro, dando-se conta da dualidade essencial da natureza, da miséria da condição humana, e da necessidade de redenção, não só da alma divina presente no homem, mas de todos os seres do universo, porquanto Deus padece, em cada corpo, o seu cativo na matéria.

O retorno às origens, quando Luz e Trevas coexistiam em harmonia, marca o terceiro momento da soteriologia maniqueísta; configurando-se uma *escatologia*. Se no início dos tempos, antes, portanto, da mistura e do conseqüente combate cósmico, os princípios eram mutuamente exteriores, o desfecho natural da história maniqueísta da salvação de Deus é o retorno ao estado anterior à sua perdição, ou seja, de separação entre o Bem e o Mal.

A vinda do próprio Mani inaugura o fim dos tempos. Sua missão consiste em constituir uma religião definitiva, que as anteriores apenas prenunciaram; fundar uma Igreja Universal, que suplante todas as outras: Mani é o messias a quem foi revelada a plenitude da Verdade, cujo conhecimento (*gnose*) é a única via de salvação.

Destarte, a Igreja Maniquéia tem um caráter fortemente missionário, devendo anunciar a todos os povos da terra a mensagem redentora de Mani, que fora reduzida a termo, por ele próprio, nos sete livros que compõem as suas Escrituras.

Em suma, a mensagem de Mani consiste, além do anúncio dos três tempos – e, por conseguinte, da natureza de Deus, do Diabo e do homem em sua condição, ao mesmo tempo, sublime e miserável – na exortação a uma dura ascese, por intermédio da qual a humanidade pode libertar-se dos grilhões da carne, auxiliando Deus na obra de sua própria redenção.

Pela gnose revelada por Mani, o Paráclito, e pelos profetas que o precederam: Zoroastro, Buda e Cristo; o adepto do maniqueísmo reconhece a sua natureza e a sua origem divina, sendo chamado a cooperar com Deus na sua salvação, voltando assim ao seio da Luz. – Ao rememorar o seu passado e dar-se conta de quem realmente é, a alma se descobre completamente estrangeira no mundo, tomando consciência de não pertencer à Matéria, mas de ser sua prisioneira. Reconhecendo-se boa e divina, a alma se engaja na luta pela sua libertação, e, mediante toda sorte de abstinências, combate a concupiscência da carne e se desvencilha das amarras que a aprisionam ao mundo.

No término da guerra da Luz contra as Trevas pelo resgate das suas centelhas cativas nas emanções da Matéria, Deus, finalmente, se livra dos poderes do Diabo; e as duas substâncias, o Bem e o Mal, retornam ao seu estado primitivo de separação.

Como se pode depreender dessa sinopse da teologia maniqueísta, o problema da origem do mal é totalmente resolvido: enquanto substância originária, o Mal não é oriundo de Deus, que tem, assim, preservada incólume a sua bondade intrínseca. – O Bem não é a causa do Mal. Destarte compatibiliza-se a constatação de que no mundo há males com o fato de Deus ser essencialmente bom, e a única causa de todo bem.

O corolário do que foi exposto é que, assim como tudo quanto é resultado da mistura entre os princípios, o homem não pode ser responsabilizado pelos males que o habitam, ou melhor, o homem habita um mal que lhe tolhe totalmente a liberdade, de modo que é inimputável pela perversidade intrínseca à matéria de que o seu corpo é constituído: – Malgrado a sua alma ontologicamente boa, o homem é condicionado pela Matéria a praticar o mal; não podendo, por conseguinte, serem reputados morais os males que pratica, porquanto são intrínsecos à sua constituição existencial ou à sua condição carnal e mundana. – Não há propriamente no maniqueísmo um conceito de pecado, como no monoteísmo: o mal não é moral, mas ontológico.

Cumprir notar que esse sentimento de que o homem é palco de um tenebroso conflito entre o Bem e o Mal, e de que a alma é presa da concupiscência da carne, foi, desde muito cedo, intensamente vivenciado por Agostinho, como nos relatam as suas *Confissões*, o que certamente contribuiu para o seu fascínio pelo maniqueísmo.

Resta evidente a dimensão trágica do universo segundo a doutrina maniqueísta: – o dualismo de substâncias e o determinismo são as suas marcas mais evidentes. Foi assim que Agostinho pensou, e o que defendeu apaixonadamente, durante os anos de sua juventude.

A decepção com o maniqueísmo

Se o espírito filosófico de Agostinho fora atraído ao maniqueísmo em virtude de sua pretensa racionalidade, a constatação de que a doutrina de Mani não possuía o que anunciara o levou a abandoná-la.

Com efeito, embora se pretendesse uma religião fundada na razão, Agostinho deu-se conta de que o maniqueísmo não passava de um amontoado de superstições, e que Mani, e os grandes doutores da sua Igreja, discursavam profusamente acerca de assuntos que não conheciam, incorrendo em franca contradição com a supostamente fundamentada doutrina dos sábios gregos, os grandes cientistas da época; sobretudo no que dizia respeito à astrologia, objeto de grande interesse de Agostinho.

Além disso, os maniqueus, interpelados pelos cristãos, recusavam-se a debater publicamente questões controvertidas da sua teologia, afirmando dogmaticamente as suas proposições, sem conseguir embasá-las através de um discurso coerente.

Mas, provavelmente, o principal motivo pelo qual Agostinho se decepcionou com o maniqueísmo foi o fato de sua metafísica apresentar uma grave incoerência: O Bem, sendo incorruptível (como convém a Deus), não deveria conflitar com o Mal, e ainda menos deixar-se sujeitar por ele. – Destarte, ao contrário do que pretendiam os maniqueus, o problema do mal não se resolvia no maniqueísmo, porquanto, em certo sentido, sequer se colocava propriamente: – o Bem de Mani e a divindade onipotente do monoteísmo só têm em comum a pureza da sua bondade. Só o Deus dos profetas é absoluto, tornando problemática a gênese do mal no universo que ele próprio criou através de uma livre decisão da sua vontade. Porquanto o seu poder é partilhado com outro princípio, o Deus dos maniqueus não equivale ao Deus Único dos profetas.

Amargamente frustrado com o maniqueísmo, as questões que perturbavam o espírito de Agostinho remanesceram. Durante algum tempo entregou-se ao ceticismo dos acadêmicos, até que o fanatismo de uma nova paixão finda a sua crise de fé: – eis que se enamora do neoplatonismo.

Do dualismo gnóstico ao monismo neoplatônico

Decepcionado com o maniqueísmo, em 383, Agostinho deixa Cartago e, após uma breve passagem por Roma, se estabelece em Milão, onde passa a exercer o cargo

público de mestre de retórica. Nesta grande cidade ocorrem dois dentre os encontros mais importantes de sua biografia: com o cristianismo helenizado do bispo Ambrósio e com o neoplatonismo.

Ambrósio, homem extremamente culto e eloqüente, seguindo o caminho dos Padres Gregos, especialmente de Orígenes, e do judeu Filon de Alexandria, relaciona em suas pregações a filosofia platônica e o ensinamento das Escrituras. – Seu método de exegese bíblica, que almejava uma compreensão do sentido alegórico do texto, foi capaz de desfazer as reservas de Agostinho quanto aos textos do Antigo Testamento, e de introduzi-lo à doutrina monoteísta, entretanto já adulterada por um sincretismo com a metafísica grega.

Nas *Confissões* Agostinho afirma ter lido, por essa mesma época, “alguns livros platônicos”, entre os quais não se sabe ao certo se havia textos do próprio Platão, ou apenas traduções latinas dos tratados de Plotino (*Enéadas*), organizados por Porfírio, seu discípulo; ambos os expoentes máximos do neoplatonismo.

Considerando-se que a influência neoplatônica foi crucial para que Agostinho elaborasse a sua doutrina acerca da natureza do mal, analisaremos rapidamente alguns elementos basilares do neoplatonismo, demonstrando o quanto foram determinantes na construção da teodicéia agostiniana.

A metafísica neoplatônica: o “mal” como deficiência

Antagônica à trágica cosmovisão maniqueísta, a metafísica neoplatônica afirma que todas as coisas – as sensíveis e as inteligíveis – procedem de um único princípio ontológico, de cuja substância participam: o *Uno*.

Perfeito, eterno, infinito e necessário, o Uno (Deus ou Sumo Bem) é, a um só tempo, a essência, a origem e o termo do universo. – Transcendente e, não obstante, imanente à totalidade do real, não se pode dizer com propriedade que a filosofia dos neoplatônicos se configure um panteísmo, pois que o Absoluto, ainda que se objetive nas coisas, conserva o seu caráter de inescrutável. Porém, tampouco o neoplatonismo consiste em um monoteísmo, pois que não há verdadeira alteridade entre o Uno e o universo: não se faz presente o conceito radical de criação, pelo qual o Absoluto é, de fato, totalmente outro em relação à contingência da sua obra. – Nem panteísmo, nem teísmo, a metafísica neoplatônica se configura um emanacionismo (ou emanatismo).

Com efeito, a idéia de emanção serve de conceito-chave para a compreensão da cosmologia neoplatônica, segundo a qual a multiplicidade dos entes que compõem o universo emana – eternamente – do Uno, gerando graus decrescentes de perfeição, segundo a proximidade de sua origem: – Os seres espirituais estão mais próximos do Uno, sendo, pois mais perfeitos; enquanto os seres corpóreos, por se encontrarem na extremidade dessa hierarquia de participação do Sumo Bem, são os menos perfeitos.

A matéria é, portanto, o lugar tenebroso da *privação* – de forma, de ordem, de unidade, de bondade e de essência; sendo, assim, a sede do caos. Antípoda do Uno, a matéria é como se não fosse; é quase – nada. – Porém, conquanto seja mínima a sua participação do Bem, enquanto emanção divina, a matéria é infimamente boa.

De todo o exposto se infere que não há no neoplatonismo uma noção radical de mal. Ao contrário, mesmo os seres mais distantes do Uno participam, embora em um grau bastante reduzido, de sua perfeição. – Destarte, não existe Mal na metafísica neoplatônica: mesmo a matéria pode ser considerada boa e necessária, em se levando em conta a sua relevância na composição da harmonia do cosmos. Porém, em razão de sua deficiência de ser, é relacionada ao nada e ao mal, mas sempre relativamente às emanções superiores e, sobretudo, à plenitude do Sumo Bem.

É importante ressaltar que a noção de *substância espiritual* – de que são feitas as emanções mais próximas ao Uno, é completamente nova para Agostinho. Enquanto foi maniqueu, influenciado pela leitura de Aristóteles (*As categorias*), pensava que toda substância fosse corpórea, de sorte que, ao seu conceito de nada, correspondia a idéia de um espaço vazio. – Agora aprendera dos neoplatônicos que o “nada” corresponde a uma deficiência de ser, a um grau inferior de participação da natureza de Deus, cuja substância não é material, como pretendiam os maniqueus, mas espiritual. A matéria, portanto, é o grau mais baixo de participação do Ser; e enquanto tal, associada a certa noção mitigada de nada e de mal, peculiar ao neoplatonismo; a qual, entretanto, não é análoga à concepção monoteísta de *nada absoluto*, tampouco ao status ontológico que os maniqueus conferem à “matéria” eterna em que consiste o Mal.

Ora, enquanto emanções do Uno, todos os seres, espirituais e corporais, não importando o quanto cada um participe do Sumo Bem, são necessariamente bons; de maneira que, embora consideremos certas coisas como sendo “más” em razão de sua inferioridade em relação a outras, que consideramos mais elevadas, o simples fato de existirem e possuírem substância as torna boas.

Deus é o Sumo Bem. Tudo o que procede de Deus participa da sua bondade. Ora, todas as coisas procedem de Deus, então, todas as coisas são boas. Mas, se tudo o que não é bom é mau, e se tudo o que existe é bom; então, o que não existe é mau, e o que é mau não existe!

Segundo os neoplatônicos, portanto, contrariamente à perspectiva maniqueísta, o mal não é uma substância (visto que tudo o que subsiste é bom), mas um déficit de substância, uma carência de ser, enfim, não-ser, nada: O bem – é, e o mal – não é; de sorte que no neoplatonismo o mal não se configura um problema, sendo não mais do que uma ilusão. – O universo é belo e bom, ainda que, considerados individualmente, alguns dos seus elementos nos *pareçam* feios e maus.

O fato mesmo de considerarmos certas coisas como estando corrompidas, ou como sendo corruptíveis, é indício de possuírem alguma bondade, pois que, de outra maneira, não haveria nelas o que se corromper.

Com efeito, suprimir de algo sua bondade intrínseca implica reduzi-lo a nada, de sorte que, de acordo com a metafísica neoplatônica, os “males” são como *parasitas* do Bem, sem o qual são inconcebíveis: – Ausente a imperfeição que caracteriza todas as emanações, não haveria nem multiplicidade nem devir, mas apenas a plenitude do Uno. – Todavia, ainda que as emanações sejam como um *transbordamento* inevitável de sua plenitude, o Uno, absoluto e transcendente, permanece eternamente incólume às alterações do devir.

Destarte, a moral decorrente da metafísica neoplatônica implica um exercício espiritual de despreendimento dos bens inferiores e contemplação intelectual do Uno: Para que a alma dissipe a ignorância, as ilusões oriundas de uma cosmovisão limitada, incapaz de abarcar a beleza e a harmonia do universo, precisa renunciar aos prazeres experimentados pelo corpo (elemento inferior da constituição do homem, que é feito de espírito e de matéria), os quais a impedem de ascender ao Uno: – sua origem, seu sustento e o destino ao qual deve regressar.

Em suma, se o problema do mal não se punha no maniqueísmo pela ausência de um Deus absoluto em seu sistema, no neoplatonismo o mesmo problema não se punha pela ausência do mal. – Agostinho cria demasiadamente nessas entidades para abdicar delas. – Deus é, e o mal existe. – Conquanto a sua coexistência se afigure um enorme problema, é preciso enfrentá-lo bravamente, a menos que se admita crer sem razão, algo que Agostinho, pelo menos de bom grado, nunca foi capaz de fazer.

A “conversão” ao monoteísmo.

Embora freqüentasse os sermões de Ambrósio, que lhe valeram, sobretudo, a aproximação do neoplatonismo, desde o seu egresso da seita dos maniqueus, durante quatro anos Agostinho resistirá, angustiadamente, a entregar-se aos apelos radicais da moral cristã-neoplatônica; que, ao contrário da maniquêia, não considerava o homem mero juguete de potências ontológicas antagônicas, mas pessoa responsável; e capaz, portanto, de determinar a sua conduta segundo o Bem.

Mas em Agostinho vigorava a potência voraz e dissoluta da carne, que insistia em adiar para o dia seguinte a decisão de seu espírito de empenhar-se na renúncia aos prazeres oferecidos pelos bens inferiores, ao invés de entregar-se à busca dos valores elevados, que implicava uma dura ascese, entre cujos severos exercícios se encontrava a torturante castidade.

As admoestações do velho Simpliciano (mentor espiritual de Ambrósio), com o qual Agostinho passa a se aconselhar, assim como a moral estóica das cartas de São Paulo, cuja leitura Simpliciano lhe recomenda, recrudesceram ainda mais os conflitos interiores de Agostinho; até que, no auge de sua angústia, qual num delírio psicótico, lhe sucede ouvir a voz de uma criança que repete: – “Toma e lê”. – Agostinho, então, impressionado, abre o *Novo Testamento* e se depara com a passagem da *Epístola de São Paulo aos Romanos*, que diz:

Como de dia, andemos decentemente; não em orgias e bebedeiras, nem em devassidão e libertinagem, nem em rixas e ciúmes. Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não procureis satisfazer os desejos da carne. (Rm 13,13).

E assim dá-se a celebrada conversão de Agostinho, corolário de uma suposta experiência mística – a exemplo de Paulo – que o tornará o primeiro de uma extensa relação de apologistas de sua versão extravagante do monoteísmo cristão, consistente em uma amálgama de elementos da doutrina tradicional dos profetas de Israel, com o cristianismo, a gnose e o neoplatonismo.

Doravante Agostinho oferecerá sua contribuição pessoal para a promoção da obsessão ocidental contra a fruição da sensibilidade, fomentando os ideais platônicos e gnósticos de desprendimento da corporeidade e de ascensão intelectual a Deus.

A metafísica monoteísta segundo Agostinho

De Ambrósio, Agostinho aprendeu que as Escrituras devem ser interpretadas não segundo a letra, mas de acordo com a suposta intenção daqueles que a reduziram a termo, sob a inspiração da sabedoria de Deus. A Bíblia deve, pois, ser interpretada *analogicamente*, como os perspicazes mestres hebreus sempre o fizeram; ao escrevê-la, e ainda ao comentá-la prolificamente, de maneira amiúde inconsistente, porém, quase sempre, conveniente.

Assim, convertido ao cristianismo, Agostinho abandona sua antiga resistência ao Antigo Testamento, adquirida durante o período maniqueu, e, a partir do relato da criação, deduz os rudimentos da doutrina monoteísta, aos quais associa certas noções peculiares à metafísica clássica (como *Ser, Bem, nada*, etc.), marcando indelevelmente a história da metafísica.

A seguir apresento uma síntese da doutrina de Agostinho sobre a criação, que se encontra dispersa em várias das suas obras, dentre as quais, nos três últimos livros das suas *Confissões*.

O Deus dos cristãos é absoluto, e, portanto, único, transcendente e eterno: – Somente ele – e *nada* além dele – é.

Tudo quanto *existe* foi Deus quem *criou*. Antes, portanto, que houvesse criado alguma coisa – *nada* – havia; donde se infere a idéia de *creatio ex nihilo*, característica do monoteísmo.

No princípio, por um ato absolutamente livre de sua vontade, o Ser supremo criou a matéria, originalmente informe, e assim instaurou o espaço e o tempo. Dando forma a esse substrato universal, Deus engendrou as criaturas segundo o modelo das *idéias* eternamente concebidas em sua mente.

– Deus *é*, desde sempre e para sempre; porém nem sempre *houve* mundo, nem sempre houve algo ao invés de nada, porquanto nem sempre houve matéria, espaço e tempo. – Deus, *fora* do tempo, *cria* o tempo; e fora do espaço, *cria* o espaço; *instaura* o *absolutamente novo* a partir do que *nunca foi*, do que *jamaiz existiu*. – Deus cria o mundo a partir do nada.

Toda a criação se deu em um só *instante*, no qual Deus constituiu certas coisas em ato (os anjos, os astros e as almas), e outras em potência (toda a multiplicidade de criaturas que *surgem* no tempo, inclusive os corpos dos homens): – todas as coisas do

universo – passadas, presentes e futuras – estão potencialmente presentes na matéria primordial. – *Sub specie temporis* – a criação aconteceu, acontece e seguirá acontecendo “enquanto” Deus a sustentar (ausente a providência divina, o mundo se aniquila). – Mas, na mente de Deus (*sub specie aeternitatis*), tudo o que se passa no tempo acontece – “hoje”: – “Na eternidade nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente”.³

Apenas Deus é eterno. Todas as criaturas são temporais; mesmo as imortais, como os anjos e as almas dos homens, porquanto foram criadas no tempo; – todas as criaturas são contingentes – e nenhuma delas, sequer as espirituais, é consubstancial a Deus: – são todas dotadas de uma natureza radicalmente diversa da sua. (– Apenas o Verbo, *por quem, com quem e em quem* todas as coisas foram criadas, é consubstancial a Deus; mas ele não foi criado, e sim *gerado* eternamente.)

O Deus criador de todas as coisas é o Sumo Bem, de modo que todas as suas obras são boas, não obstante apresentem graus diversos de perfeição.

A doutrina monoteísta, nesse aspecto, concorda plenamente com a metafísica neoplatônica: – Natureza, ser e bem se equivalem plenamente.

Acerca desse tema crucial, Agostinho disserta com clareza nas suas *Confissões*:

– Vi claramente que todas as coisas que se corrompem são boas: – não se poderiam corromper se fossem sumamente boas, nem se poderiam corromper se não fossem boas; porque se fossem absolutamente boas, seriam incorruptíveis, e se não tivessem nenhum grau de bondade, nada haveria nelas que se corrompesse.⁴

Vi, pois, e pareceu-me evidente, que criastes boas todas as coisas, e que, certamente, não existe nenhuma substância que vós não tenhais criado. E porque as não criastes todas iguais, por esta razão, todas elas, ainda que *boas* em particular, tomadas conjuntamente, são *muito boas*, pois o nosso Deus criou “todas as coisas muito boas”.⁵

Em absoluto, o mal não existe, nem para vós, nem para as vossas criaturas, pois nenhuma coisa há fora de vós que se revolte, ou desmanche a ordem que lhe estabelecestes. Mas porque em algumas das suas partes certos elementos não se harmonizam com outros, são considerados maus; mas estes se coadunam com outros, e por isso são bons (*no conjunto*) e bons em si mesmos.⁶

³ *Conf.* XI, 11.

⁴ *Conf.* VII, 12.

⁵ *Idem.*

⁶ *Ibidem*, 13.

O que é o mal, e de onde ele vem?

De todo o exposto depreende-se que, convertido ao monoteísmo, Agostinho deixa de conceber o mal como natureza e passa a concebê-lo como corrupção, isto é, como deficiência de bem e de ser, que não ameaça, mas, ao contrário, contribui para a harmonia do universo, cuja beleza depende da multiplicidade oriunda das gradações de participação do Bem das diversas criaturas. – Agostinho, portanto, adota a posição do neoplatonismo, estabelecendo, assim, enfaticamente, uma opinião diametralmente oposta à dos maniqueus, com os quais passa a travar uma arrebatada polêmica.

Ora, enquanto mera privação, o mal não é propriamente algo, sendo, pois, – nada; ou seja, os males não são naturais.

É claro o caráter teodicéico desse argumento de cunho estético-ontológico: – O mal é um falso problema, pois não existe algo na natureza que se possa reputar, de fato, como sendo mau. – Deus, portanto, não pode ser o autor do que sequer existe. Resta, assim, incolumemente preservada a idéia de que o Criador provê a sua obra de um sentido que o homem, cuja visão é limitada, não é capaz de reter. O universo não é um caos, mas um cosmos; é análogo a um enorme mosaico, cujas peças, observadas desde perto, não indicam a beleza da imagem que compõem. Da mesma forma, todas as criaturas, mesmo aquelas que, quando consideradas individualmente, nos parecem imperfeitas, concorrem necessariamente para a harmonia do conjunto: – no universo, coisa alguma é sem propósito; malgrado qualquer eventual aparência de absurdo.

Entretanto, como veremos a seguir, essa teodicéia neoplatônica não foi capaz de apaziguar por muito tempo a alma perturbada de Agostinho, pois que uma espécie de imperfeição mostrou-se radicalmente sem sentido e completamente refratária a se harmonizar a uma ordem universal: – a perversidade.

Com efeito, não obstante o mal seja naturalmente desprovido de consistência ontológica, a corrupção em que consiste, associada à vontade, de que certas criaturas foram especialmente dotadas, torna-se positiva, isto é, uma potência destruidora, que promove a *aniquilação* das criaturas e da harmonia do universo. É como se o nada em que consiste o mal adquirisse certa substancialidade graças ao tremendo e fascinante componente volitivo da constituição metafísica dos anjos e dos homens, sendo, pois, segundo a proporção (sempre limitada) do poder de ação dos indivíduos pelos quais é praticado, capaz de *subverter* a ordem estabelecida por Deus.

Enquanto a corrupção das criaturas foi providenciada pelo Criador, o pecado se configura um *acidente*, uma aberração da natureza, que ocasionou degenerações não desejadas por Deus ao criar o mundo: – a miséria da condição humana é corolário do pecado; não sendo, portanto, natural. A transgressão é um evento que não deveria ter acontecido; por isso é uma perversidade, um lapso, um defeito, um desvio.

Agostinho acaba por se ver obrigado a concluir que o mal, de fato, existe; que embora não se trate de uma realidade metafísica, porquanto o Sumo Bem é absoluto; tampouco de uma existência física, pois que Deus é o doador de toda essência; o mal é uma realidade *moral*: consiste no pecado e nos infortúnios dele oriundos, os quais se afiguram sua pena.

O pecado é uma negação voluntária da justa ordem da criação. – Consiste em uma fruição imprópria dos bens corruptíveis, como se fossem um fim neles mesmos: – É amar o mundo mais do que a Deus.

Eu pecava, porque em vez de procurar em Deus os prazeres, as grandezas, e as verdades, procurava-os nas suas criaturas: em mim e nos outros. Por isso me precipitava na dor, na confusão e no erro.⁷

... cada um, ao pecar, afasta-se das coisas divinas e realmente duráveis, para se apegar às coisas mutáveis e incertas...⁸

Ao converter-se ao monoteísmo, Agostinho conclui, pois, que o mal consiste no pecado e na sua pena; e a sua fonte é a má vontade do homem.

⁷ *Conf.* I, 20.

⁸ *De lib. arb.* I, 35a.

4.2.2. “Unde malum faciamus?” - A teodicéia agostiniana

Ora, nós cremos em um só Deus, de quem procede tudo aquilo que existe. Não obstante, Deus não é o autor do pecado. Todavia, perturba-nos o espírito uma consideração: se o pecado procede dos seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos?⁹

Eis, em síntese, o terrível impasse que Agostinho jamais conseguirá superar. – Se Deus é o criador do homem, de quem o mal procede, como não imputar a Deus a responsabilidade pelo mal? – Nessa pergunta se encontra de tal maneira entranhada a resposta, que é claramente inepta qualquer tentativa de solução divergente da óbvia: – Se Deus é o autor de tudo o que existe, e se o mal existe, Deus é o autor do mal.

Não obstante, Agostinho se empenhará desesperadamente em defender Deus da acusação de ser o responsável pelo mal. Sua célebre teodicéia está exposta na obra *De libero arbitrio*, cujo conteúdo eu passo a analisar.

A questão crucial deste tratado que, a exemplo do estilo platônico, foi escrito sob a forma de um diálogo entre o autor e o seu amigo Evódio é “de onde nos vem o praticarmos o mal?”.¹⁰

Se o mal consiste no pecado, isto é, no mau uso da vontade, do qual procede; Agostinho responderá que o fato de o praticarmos se origina em nosso livre-arbítrio.

– O homem é superior a todas as criaturas, porque Deus lhe concedeu o dom da razão. Esse privilégio o torna capaz de perceber a ordem estabelecida pelo Criador ao constituir o universo. Destarte, pode o homem livremente escolher entre respeitar as leis divinas que regem o cosmo, contribuindo assim para a harmonia da criação, ou transgredi-las, ensejando o mal (em que consiste o pecado e o caos que dele decorre). As criaturas desprovidas de razão, entretanto, estão absolutamente condicionadas por um rígido determinismo, não podendo, senão, submeter-se à ordem.

A possibilidade da perversão, qual seja a paradoxal predileção pelo imperfeito em detrimento do perfeito, é o grave ônus do livre-arbítrio. O perfeito é o absoluto, e o imperfeito é o relativo. O Criador é o absoluto, e as criaturas são relativas. Quem as ama mais do que àquele que as criou perverte-se. Mas o faz porque lhe foi dado.

⁹ *De lib. arb.* I, 2, 4.

¹⁰ *Idem.*

Resta evidente a perspectiva estritamente moral por que o problema do mal é considerado no panorama do monoteísmo: – O mal, tanto o pecado quanto a pena, é oriundo de um ato da vontade do homem, que passa a ser o único culpado por todos os sofrimentos que experimenta: – não existe sofrimento inocente.

Mas quanto a esse mesmo livre-arbítrio, que estamos convencidos de ter o poder de nos *levar* ao pecado, pergunto-me se aquele que nos criou fez bem de no-lo ter dado. Em verdade, parece-me que *não pecaríamos se estivéssemos privados dele*, e é para se temer que, neste caso, *Deus* mesmo venha a ser considerado o *autor de nossas más ações*.¹¹

Agostinho foi incapaz de fornecer uma resposta consistente a essa questão de Evódio. Em suma, afirmará dogmaticamente que, se o livre-arbítrio foi concedido ao homem pelo próprio Deus, que é bom, então deve ser considerado um bem. Desde a juventude, gravemente obcecado pela suspeita de que Deus não seja bom, Agostinho resistiu em admitir a hipótese trágica de que o Criador seja o autor do mal.

Ora, o pecado é o mal por excelência, o homem é seu autor, e Deus é o autor do homem: o fez finito e lhe dotou de inteligência, vontade e livre-arbítrio, ou seja, o fez capaz de praticar o mal. – Ora, se há que se manter o axioma de que Deus é bom, e tudo quanto faz o faz visando o bem, então sequer o pecado, ensejado por Deus ao fazer o homem da maneira como o fez, deve ser considerado um mal!

Não faltam objeções às proposições dogmáticas do monoteísmo. Com efeito, se Deus fosse o criador justo e onipotente do universo, não existiria lugar na criação para algo que se pudesse considerar um mal. – Porém, sendo os males uma realidade concreta, e sendo Deus absoluto, como não atribuí-los a ele?

Malgrado a impossibilidade evidente de se solucionar esse impasse, recorre-se a desesperada e clássica solução do “bode expiatório”: para que a idéia de ordem e de sentido não seja abalada, é preciso encontrar quem assuma a culpa pelos pecados de Deus. E como não há outro Deus que o faça, imputa-se a responsabilidade pelo mal a uma criatura, a qual Deus castiga por uma culpa que, em última instância, lhe cabe.

¹¹ *De lib. arb.* I, 35b.

Ao tentar se furtar ao drama do dualismo e do determinismo, o monoteísmo acaba suscitando uma tragédia muito mais complexa e hedionda: – O sofrimento vira – castigo, – as vítimas se tornam – réus, e – o único réu vira – carrasco. O panorama é simplesmente infernal.

A seguir analisaremos esse interessantíssimo tema, que foi o foco das disputas de Agostinho com Pelágio.¹² Veremos que o conceito de pecado original se configura um retorno à dimensão trágica que o monoteísmo pretendia combater, uma vez que, ao contrário do que Jeremias havia proposto contra a noção de retribuição coletiva, a doutrina do pecado original afirma que Deus pune nos filhos os pecados dos pais, o que enfraquece notavelmente a idéia de responsabilidade, tipicamente monoteísta. – Não é, pois, sem razão que este conceito tenha sido reprovado pelas demais religiões semíticas, as quais, no entanto, não ousam tentar responder o problema que ensejou a sua formulação, qual seja o da necessidade de isentar o Criador da responsabilidade pela origem dos males. Conforme veremos, a sua inépcia procede do fato de o autor do pecado não ter sido propriamente o homem, mas Deus, que o fez capaz de pecar.

Mas, antes de passarmos à análise desse conceito controverso, que o leitor me permita apresentar algumas indagações propostas por Pierre Bayle, no final do século XVII, quanto à racionalidade da defesa de um único princípio *bom*, quando a hipótese dualista – nunca efetivamente refutada por Agostinho (ou por quem quer que seja) – seria muito mais plausível.

De acordo com a mais estrita ortodoxia monoteísta, Bayle declara: “Os céus e todo o universo proclamam a glória, o poder e a unidade de Deus.” Porém, logo em seguida, ele acrescenta: “Somente o homem – esta obra prima da sua Criação entre as coisas visíveis – fornece algumas muito grandes objeções contra a unidade de Deus.” Ora, como? “O homem é mau e miserável”, diz Bayle; e para dar-se conta desse fato, basta que cada um examine o interior de si mesmo, e ainda o trato que se é obrigado a estabelecer com o próximo. “Aqueles que viveram muito tempo, e que estão muito envolvidos nos negócios do mundo, o sabem ainda mais claramente.” Por toda parte encontram-se monumentos à miséria e à maldade humana: guerras, hospitais, prisões,

¹² Pelágio foi o adversário ideológico de Agostinho que defendia a capacidade humana de livre escolha e, por conseguinte, de obtenção de mérito pelos próprios esforços, sem a necessidade da graça divina.

mendigos, e tantos outros ícones do mal, que se podem constatar ao se percorrer este mundo. “Falando propriamente, a história nada é além dos crimes e desgraças da raça humana.”¹³

Entretanto, Bayle reconhece que a maldade e a miséria do homem, ou seja, os males morais e os males físicos, não compreendem toda história ou toda experiência privada:

Tanto o *bem moral* quanto o *bem físico* são encontrados em toda parte, alguns exemplos de *virtude*, alguns exemplos de *felicidade*; e isso é o que causa a dificuldade. – Porque *se toda a humanidade fosse má e miserável, não haveria necessidade de recorrer à hipótese de dois princípios*. – É a mistura de felicidade e virtude com miséria e vício que requer a hipótese.¹⁴

Ora, se há que se atribuir a algum princípio a origem de todas as coisas, mais razoável do que atribuí-la a um único princípio bom, o seria fazê-lo a dois princípios antagônicos, um bom e outro mal, visto que no mundo não existem apenas exemplos de coisas boas, mas, sobretudo, de coisas más, e, freqüentemente, muito más. Talvez, então, coexistam, de maneira mutuamente independente, dois princípios eternos. De outra forma, como explicar a origem última dos males?

Ainda mais plausivelmente, ao que me parece, atribuindo-se ao mesmo Deus, do qual procedem *todas as coisas*, tanto a origem dos bens, quanto a origem dos males! (Hipótese lucidamente aventada pela sabedoria bíblica).¹⁵

Os monoteístas disseram: a causa de todos os males é o homem. Deus não os pode impedir de surgirem no mundo porque, de outro modo, anularia o livre-arbítrio que concedera aos seus autores. E este tem sido um argumento bastante convincente, pelo menos para quem tem medo, ou preguiça, de pensar.

¹³ Bayle, Pierre. *Dictionary*, p. 147.

¹⁴ Idem, p. 147.

¹⁵ Quanto a mim, acredito que, se a metafísica for, de fato, necessária, se realmente for preciso atribuir a algum princípio a origem do universo, as hipóteses do Qohelet, de Aristóteles, ou até mesmo dos estoicos, ou de Espinosa, me parecem muito mais plausíveis. Muito embora possa reconhecer que, psicologicamente, salvo profundas indagações, as idéias de ordem, progresso e providência, implícitas na doutrina monoteísta, sejam muito mais interessantes. Se não o fossem, não teriam sido tão vexantes as ideologias inspiradas no sistema hegeliano.

4.3.

Considerações gerais a respeito do problema do pecado original

O conceito de pecado original foi concebido por Santo Agostinho como uma hipótese filosófica *ad hoc* à doutrina do livre-arbítrio, que fracassara em seu propósito de solucionar o problema do mal. – Esse tradicional problema da filosofia da religião consiste na impossibilidade lógica de se conciliar a existência de um Deus segundo os rudimentos do monoteísmo com o fato de haver mal no mundo.

Com efeito, no cerne da doutrina metafísica monoteísta encontra-se a idéia de que Deus é o *criador* do universo: não o fez a partir de uma matéria pré-existente, que lhe fosse co-eterna, mas do *nada*. – O mundo, portanto, não é absoluto, mas depende radicalmente do seu criador.

Contudo, além de uno, transcendente e criador onipotente de todas as coisas, Deus é ainda sumamente bom. Há no monoteísmo a convicção de que a existência, o sentido e o valor do mundo dependem da providência de um Deus pessoal, absoluto em termos de realidade, bondade e poder. Por isso o mal se revela um obstáculo para a razão: o absurdo em que consistem o sofrimento inútil, a perversidade e a injustiça, esta manifesta na falta de retribuição da felicidade ao justo e da infelicidade ao iníquo, ou ainda na subversão mesma desta ordem, isto é, na tristeza do justo e na alegria do perverso; é impassível de se integrar na lógica deste sistema, ainda que diversas vezes se tenham lançado mão de artifícios morais na tentativa de fazê-lo, os quais estavam, de antemão, fadados ao fracasso.

Ora, se um Deus onipotente e sumamente bom é a origem de todas as coisas, como se explica o fato de haver mal no mundo? E não se pode dizer que os males do mundo se resumem àqueles que os homens consideram como tais por lhes causarem sofrimento, mas que, não obstante, talvez cumpram um propósito que só Deus saiba. Ao contrário, existe algo intrinsecamente mau, considerado assim pelo próprio Deus, que o abomina. Trata-se do pecado, o instaurador do caos e o destruidor da primitiva harmonia da criação.

Ora, o auge dessa obra excelente, segundo a doutrina monoteísta, foi atingido com a criação do homem, a mais nobre das criaturas, feita à imagem e semelhança do Criador. Porém, de acordo com o relato bíblico no qual se baseia essa doutrina, foi o homem quem, por paradoxal que pareça, e que de fato o seja, deu origem ao pecado.

Os clarividentes leitores desse ensaio se perguntarão como a melhor de todas as criaturas pôde ter sido capaz de cometer o mais abjeto de todos os crimes: estragar

a criação divina; porquanto se trata de um crime impossível não somente pelo fato de o homem ser intrinsecamente bom, mas também pelo fato de não ser onipotente. No entanto, finito e bom, tal como Deus o fizera, Adão, o primeiro homem, foi capaz da inacreditável proeza de arruinar o maravilhoso trabalho do seu Pai (que, afinal, talvez não tenha sido assim tão maravilhoso, pelo menos no que diz respeito ao homem, de quem, aliás, Deus se arrependera de ter feito, e não sem um ótimo motivo, diga-se de passagem).

Será Deus incompetente? – Mas se o for estaremos todos irremediavelmente perdidos, pois que, afinal, foi ele quem nos fez. Se o for, não é todo-poderoso, ainda que nos tenha feito com a melhor das intenções. – Se o leitor acha terrível a hipótese que acabo de enunciar, é porque ainda não concebeu outra ainda mais hedionda: e se, não por equívoco, mas deliberadamente, Deus tiver feito o homem de tal sorte, que o pecado lhe seja uma possibilidade? – Se o fez, é evidente que Deus é eventualmente o único responsável pela origem de todos os males, porquanto assumiu todos os riscos de ocasioná-los ao fazer o homem da maneira como o fez. – Se Deus criou o homem com a capacidade de atualizar o mal cuja virtualidade ele próprio concebera, segue-se, pois, necessariamente, que a origem última do universo é também a origem última do mal, não simplesmente por inépcia, mas voluntariamente. Dessa hipótese não apenas se deduz que Deus não seja bom, pois se o fosse não teria intencionalmente tornado possível o mal, mas também que seja abjetamente mau, pois projetou arditamente a armadilha na qual precipitou o homem, e ainda lhe imputou a culpa indevida pela sua inevitável queda. Sim, inevitável, porquanto se o mal não fosse virtualmente possível, o pecado seria impossível; mas sendo transcendente, eterno e onisciente, Deus sabe a história do início ao fim: sabia que o homem beberia do veneno que lhe oferecera. (E para se considerar feliz uma culpa putativa, que teria ensejado uma redenção putativa, é preciso abdicar não apenas da razão, mas do mínimo de sensibilidade em relação ao mal que grassa pelo mundo, e que atinge mesmo o mais inocente dos homens.)

Mas o temor do caos provoca o engenho humano a inventar a mais eficaz de todas as defesas: o auto-engano. Se a admissão de que o Criador é o responsável pelo pecado for demasiadamente dolorosa, pode-se conceber que, por amor, ele concedeu ao homem o mais sublime de todos os dons: a habilidade de ser o único a determinar a sua própria vontade para o bem ou para o mal, ou seja, o livre-arbítrio da vontade. Contudo, não se considera que, se deveras concedera ao homem tamanho dom, por esse mesmo ato Deus se suicidou.

Com efeito, como vimos acima, conceder ao homem a possibilidade de trazer o mal ao mundo, sabendo de antemão que o homem o faria, implica condescender, o que torna Deus co-responsável pela origem do mal, ou talvez responsável mesmo, se levarmos em conta o fato de que o homem é criatura, não sendo causa de si. Ora, ser responsável pelo mal implica ou ser mau ou ser impotente; e ambas as hipóteses são incompatíveis com o conceito monoteísta e cristão de Deus.

Como venho tentando demonstrar, o livre-arbítrio configura-se uma hipótese cujo escopo é tentar impedir que a tese segundo a qual Deus é bom e onipotente seja refutada pela evidência do mal.

Não obstante a flagrante fragilidade dessa hipótese, em sua angustiosa busca de uma solução para o problema do mal, Agostinho a endossa em uma de suas obras, *Sobre o livre-arbítrio*, mediante a qual pretendeu resolvê-lo.

Nós vimos que a questão crucial abordada neste famoso tratado, escrito sob a forma de um diálogo, é “de onde nos vem o praticarmos o mal?”.

Se o mal consiste no pecado, isto é, no mau uso da vontade, do qual procede; Agostinho responderá que o fato de o praticarmos se origina em nosso livre-arbítrio:

O homem não é um animal estúpido. A sua ascendência em relação às demais criaturas deve-se à sua extraordinária capacidade de reconhecer a ordem estabelecida por Deus ao fundar o cosmos, e, ainda, de escolher livremente entre respeitar às Leis divinas que o governam (preservando assim a harmonia da criação), ou transgredi-las, e, portanto, engendrar o mal e o *caos* em que consistem o *pecado* e suas conseqüências. As criaturas desprovidas de razão, ao contrário, absolutamente condicionadas por um estrito determinismo, podem apenas submeter-se à ordem estabelecida pelo Criador.

As criaturas dotadas de livre-arbítrio são, pois, capazes de perverter-se, isto é, de afastarem-se voluntariamente do Sumo Bem, para precipitar-se avidamente sobre os bens inferiores, buscando neles a felicidade que só Deus pode prover. Caminham, assim, do ser ao nada, recebendo, por sua própria decadência, a pena da infelicidade. (Em oposição a Sócrates, Agostinho pensa que os homens podem, conscientemente, desejar o mal. O mal não corresponde à ignorância, mas à perversidade.)

Mas as coisas não são assim tão simples, e Agostinho tinha plena consciência das graves dificuldades dessa doutrina, tanto que afirma: “Ora, nós cremos em um só Deus, de quem procede tudo aquilo que existe. Não obstante, Deus não é o autor do pecado. Todavia, perturba-nos o espírito uma consideração: se o pecado procede dos

seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos?”¹⁶

Como poderia Agostinho, ou quem quer que seja, superar este impasse? Pois que se Deus é o criador do homem, e o homem é o autor do mal, como não imputar a Deus a responsabilidade pela origem do mal? Pois que se Deus é o autor de tudo o que existe, e se o mal existe, Deus é o autor do mal. (Não somos *filhos* de Deus como são “nossos” os nossos filhos. A analogia não se aplica: o Criador a todos nos *criou*.)

Mesmo assim Agostinho se empenhará desesperadamente em defender Deus da acusação de ser o responsável pelo mal, malgrado a sua relativa consciência de que tal consiste em uma impossibilidade. Mesmo a sua sugestão de que um mundo com liberdade, mas com a possibilidade do mal, é mais perfeito do que um mundo carente de liberdade, porém livre do mal, é muito pouco convincente. De minha parte, se eu tivesse alguma escolha, preferiria ser escravo de um Deus infinitamente bondoso do que ser livre e, portanto, virtualmente responsável pelo sofrimento de um inocente. Aliás, devo admitir (muito constrangido) que Sartre tinha razão ao dizer que, se Deus existe, é impossível que sejamos livres. Entretanto, isso não significa absolutamente, como ele ingenuamente acreditava, que, se Deus não existe, então somos livres; mas somente que a única maneira de alguém ser livre é sendo – Deus; ou seja, não somos livres em hipótese alguma, salvo aquela segundo a qual seríamos Deus, (e não deuses, porquanto a multiplicidade implicaria limitação, e, portanto, impotência, e neste caso, realmente, os outros seriam o inferno. E geralmente o são, isto é, sempre que o sejam malgrado o que cada um de nós é. Quando, porém, se é mais do que apenas vontade, e nada além de tão simplesmente aquilo que a sua própria vontade quer? A liberdade implica, pois, solidão; ou a companhia de escravos. – Ou a ausência de vontade? Mas o que é uma liberdade sem vontade? De quê ou para quê seria livre quem não tivesse vontade? Aliás, *quem*, afinal, seria livre nestas condições?).

O reconhecimento da presença do mal no mundo, deve já ter se dado conta o leitor, é para mim um importante indício de sanidade psíquica e moral; o qual, aliado à prática propositada de ações ou, pelo menos, de omissões, no sentido de diminuir a quantidade de sofrimento, torna-se inequívoco e suficiente para atestar a humanidade de quem o demonstra. Se houvesse apenas um Deus, que fosse o absoluto criador do universo, não lhe seria possível ser bom. Mas uma divindade má é inadmissível para a metafísica do monoteísmo. Visto que há males, é impossível que exista um Deus que

¹⁶ *De lib. arb.* I, 2, 4.

seja bom e onipotente, e, além disso, onisciente. Demonstre-me o contrário, se puder construir um argumento minimamente coerente! Mas não me venha dizer que o mal não existe, porque não dou ouvidos a lunáticos e psicopatas. O Deus que projetou o mundo e o homem, sabendo perfeitamente o que fazia, não pode ser bom. Um Deus bom, que tivesse feito o mundo e o homem diferente do que são, isto é, bons; como poderia saber que o mundo e o homem se tornariam no que são, e nada ter feito para evitar esse evento? Um Deus bom precisa ser necessariamente estúpido e fraco. Mas já que Deus não pode ser estúpido e fraco, um Deus bom não pode existir. Um Deus onisciente e onipotente precisa ser necessariamente mau. Mas já que Deus não pode ser mau, um Deus onisciente e onipotente não pode existir. Há – indubitavelmente – males no mundo. Mas como Deus, para sê-lo verdadeiramente, precisa ser onisciente, onipotente e bom, Deus não pode existir. Está claro? O enraizamento na ideologia o impediu de acompanhar o meu raciocínio? Nada mais óbvio para os que não têm fé, não é mesmo? Talvez apenas o fato de haver males irremissíveis no mundo.

Ora, o pecado é o mal por excelência, o homem é seu autor, e Deus é o autor do homem: o fez finito e lhe dotou de inteligência, vontade e livre-arbítrio, ou seja, o fez capaz de praticar o mal. – Ora, se há que se manter o axioma de que Deus é bom, e tudo quanto faz o faz visando o bem, então sequer o pecado, ensejado por Deus ao fazer o homem da maneira como o fez, deve ser considerado um mal! Compreenda, pois, o leitor, que, se tudo coopera para o bem, pois que tudo procede do Bem e nele subsiste, não pode haver males! (– Só um gênio muito pervertido pode ter sido capaz de conceber uma idéia tão subliminarmente persuasiva, hedionda e depravada.)

O Bem é necessário? Ou será apenas uma possibilidade tão fortuita quanto o mal? Por que é necessário fazer o bem? Por que o Bem não é tão contingente quanto o mal? Por que *se deve* fazer o bem e *não se deve* fazer o mal? Se o Bem for necessário, como convém a uma realidade metafísica e eterna (e não contingente, como é o mal), como então será possível que alguém não o escolha? Aliás, acredito que sequer seria possível falar propriamente em escolha nesse caso: não é imprescindível, para que o arbítrio de uma vontade seja efetivamente livre, a presença de alternativas igualmente contingentes? Como seria possível escolher entre o contingente e o necessário? Se o bem deveras se constituir um dever, um imperativo categórico, então talvez não haja escolha possível. Alguém me dirá que na própria transgressão do Bem consiste o mal enquanto sua alternativa. Mas a transgressão do Bem não tornaria, então, manifesta a

sua contingência? Talvez Sócrates tivesse razão: se o Bem for metafísico, e, portanto, necessário, dele ninguém poderá prescindir. Para quem conhece o Bem, o mal não se afigura uma alternativa: se alguém não o pratica, é porque o ignora. Não pode haver livre-arbítrio entre o Bem e o mal, mas apenas conhecimento e ignorância. Ou quiçá simplesmente não exista o Bem enquanto realidade metafísica, mas apenas aquilo que experimentamos como tal, ou o que se convencionou designar por esse termo. Se, no entanto, existir, Deus precisa explicar porque não se manifesta logo definitivamente, e nos livra, de uma vez por todas, de tanto mal e de tanta ignorância. Do contrário há que se suspeitar que o Bem talvez simplesmente não exista.

Não faltam objeções às proposições dogmáticas do monoteísmo. Com efeito, se Deus fosse o criador justo e onipotente do universo, não existiria lugar na criação para algo que se pudesse considerar um mal. – Porém, sendo os males uma realidade concreta, e sendo Deus absoluto, como não atribuí-los a ele?

Ademais, persiste outro problema gravíssimo, que afeta terrivelmente o nosso senso de justiça: como explicar o sofrimento do inocente?

Porque Deus é bom, todas as coisas que criou são boas, e o seu agir é sempre justo. Ele deu aos homens a graça da liberdade, que os faz semelhantes a si. Contudo, está implícito nessa idéia que, em contrapartida, a justiça divina não pode deixar sem punição as transgressões da Lei, princípio de harmonia, porque o pecado introduz o caos na criação. – A pena tem, pois, em vista a restituição da ordem; configurando-se uma espécie de satisfação por um delito que atinge toda a criação, sendo ofensivo ao próprio Criador. (O sofrimento, portanto, não é intrinsecamente mau, mas efeito do mal por excelência, qual seja o pecado; que para Agostinho consiste na posituação da deficiência de ser mediante o concurso da vontade humana.) – Segundo essa doutrina da retribuição, pedra angular da moral monoteísta, o infortúnio se configura, pois, o castigo infligido por Deus a quem viola seus mandamentos. – A harmonia da criação implica o nexo de causalidade: nenhum ato é sem efeito; e os efeitos do pecado são o sofrimento e a morte.

Ora, no contexto que acabamos de descrever, sobretudo no âmbito da moral, o absurdo por excelência seria a existência de um inocente sofredor. Como explicar a dor que atinge o justo? Ela infringe o princípio de causalidade, pois que não decorre de algum motivo. Ela fere a lógica da retribuição.

Qual triste solução será proposta para esse impasse? – A medonha inculpação universal perpetrada pela doutrina exclusivamente cristã do pecado original, já latente na doutrina paulina, porém expressamente formulada por Santo Agostinho. – Como resolve o problema do inocente sofredor? – Ora, se Deus é justo e, por conseguinte, não pune os inocentes, se os homens sofrem, então são culpados: – “todos pecaram e estão privados da glória de Deus”. (Talvez fosse essa a grotesca lógica por detrás da prática medieval do ordálio.)

Resta evidente a perspectiva estritamente moral por que o problema do mal é considerado no panorama do cristianismo: – O mal, tanto o pecado quanto a pena, é oriundo de um ato da vontade do homem, que passa a ser o único culpado por todos os sofrimentos que experimenta: não existe sofrimento inocente.

Trata-se da desesperada e tradicional solução do “bode expiatório”: de modo a que não seja abalada a idéia de ordem e de sentido, inerente ao conceito monoteísta de Deus, é preciso encontrar quem assuma a culpa pelos seus pecados. E como não pode haver outro Deus que o faça, é necessário imputar a responsabilidade pelo mal às suas pobres criaturas, às quais Deus pune por uma culpa que, em última instância, lhe cabe exclusivamente. (Embora se possa argumentar que isso seja uma contradição em termos, porque Deus não peca. Mas o digo metaforicamente, afinal, se acarretar o mal voluntariamente não for reputado inerente ao conceito de pecado, este se esvazia totalmente. E se Deus não *quis* o mal, sendo este simplesmente um efeito colateral da criação, a *captis diminutio* sofrida em decorrência de sua incapacidade de engendrar um mundo sem pecado e sofrimento lhe foi fatal.)

Agostinho provavelmente tinha consciência da fragilidade das suas doutrinas, tanto que, após sua ardorosa defesa do livre-arbítrio, acaba por admitir, face aos fatos inexoráveis da existência concreta do homem contemporâneo, que o sublime dom da liberdade fora deteriorado pelo mau uso que dele fizera o primeiro homem, de sorte que a natureza humana está doravante corrompida por um pecado original, por cujas conseqüências, transmitidas de geração em geração, todos somos vítimas. – Por causa desse pecado nos tornamos incapazes de arbitrar a nossa vontade segundo a vontade de Deus. A humanidade, portanto, sem o auxílio da divina graça, já não pode realizar o propósito a que foi destinada, qual seja o de louvar o Criador pela prática da justiça. Os homens já vêm ao mundo condenados a um infortúnio merecido. Os sofrimentos a que estão sujeitados não são injustos, mas indícios da harmonia da criação de Deus, que não deixa impunes os pecados dos homens. – O primeiro homem contraiu para

a humanidade uma doença congênita: a perda da autonomia original por uma atração irresistível ao pecado, uma concupiscência, que a puxa para baixo, para o que é baixo, para longe de seu Deus. – Pelo pecado original Adão perdeu sua virtude, sua justiça, sua santidade original; e todos os seus filhos foram condenados a pagar pela sua falta, sua rebeldia contra Deus. Assim, porque Adão quis prescindir de Deus, nenhum dos seus descendentes poderá fazê-lo: para se salvarem necessitarão de um auxílio divino, precisarão recorrer a Deus e, humildemente, suplicar que lhe venha em socorro. – Ao contrário do judaísmo, para o cristianismo, especialmente católico e protestante, cuja doutrina foi direta e maciçamente influenciada por Agostinho, o *dom da Lei*, que Deus oferecerá a Israel, não salva do pecado, mas tão somente dá ao homem a consciência de ser um pecador miserável. Entretanto, a Lei e a consciência do pecado não bastam para se obter a salvação de Deus: é preciso que ao Senhor aprove conceder-lhe ainda a graça do arrependimento. Sem arrependimento não há salvação. Porém, nem todos os homens obtêm de Deus essa graça, tampouco a de se reconhecerem pecadores. É preciso, pois, ser eleito, porque, apenas querer, não basta: a salvação não é para quem quer, mas para quem se pode dar ao luxo de ser objeto da benevolência divina, a qual chama ao arrependimento somente aqueles aos quais ela decide chamar. Senão, como se explicaria a existência de ateus inveterados, que se recusam terminantemente a dar ao Senhor a glória que lhe é devida? E quanto aos que jamais ouviram falar de Deus? (O ofício do teólogo consiste na elaboração de argumentos retóricos cuja finalidade é tentar desfazer tais embaraços.)

Desde o pecado original não somos livres, e, nada obstante, somos culpados. Herdamos a culpa, sem, no entanto, herdar a liberdade.

Como resta claro, o conceito agostiniano de pecado original se configura um retorno à dimensão trágica combatida pelo monoteísmo, já que essa doutrina afirma que Deus pune nos filhos os pecados dos pais, o que enfraquece notavelmente a idéia de responsabilidade individual, tipicamente monoteísta.

Cabe aqui fazer uma breve digressão para esclarecer as graves motivações da teodicéia do livre-arbítrio e do pecado original. – Por que é necessário defender Deus da acusação de não ser justo? Porque para o monoteísmo Deus é o doador da Lei, ou seja, é dele que emana a justiça. E a idéia de justiça corresponde à idéia de sentido, de harmonia, de ordem. – Se Deus não fosse justo, o direito careceria de fundamento e

a humanidade seria precipitada no abismo do relativismo moral, pois que não haveria critérios absolutos pelos quais se poderia julgar a moralidade de um ato.

Mas, porque Deus foi reconhecido justo, para que não subsista qualquer sinal de arbitrariedade (em que consistiria uma infração do nexos causal), é necessário que a responsabilidade pelo mal seja transferida para o homem; que, para tanto, precisa ser livre: – sem liberdade não há culpa, todos são inocentes e ninguém merece castigo. O sofrimento, então, perde o sentido, e Deus se torna um tirano indiferente à sorte dos homens. (Disso depreende-se quão intrinsecamente relacionados estão os problemas do mal e da liberdade, contando-se a ideologia do livre-arbítrio entre as mais notáveis teodicéias.)

Atormentado por um sofrimento sem razão de ser, o homem se enche dessa espécie de caos, esse medo cujo objeto é o caráter trágico da vida. Uma razão para as dores da existência o consolaria: não concebe fenômenos desprovidos de causa nem admite que o mal seja arbitrário. A humana necessidade de segurança urge, então, ao restabelecimento da ordem através de alguma teoria que se configure amparo contra a ameaça do absurdo. Eis o ensejo das teodicéias, tentativas ideológicas de dissolução do problema do mal, cuja pretensão é salvar o homem da suspeita de que o universo é avesso à lógica e à razão, mas a um preço por vezes exorbitante: será melhor pensar que sofreremos por sermos maus a crer na existência de um Deus, ou de uma natureza, intrinsecamente perversos ou indiferentes?

O relato sobre a origem do universo e do homem, narrado no início da bíblia hebraica, base da metafísica e da antropologia judaica, endossada pelo cristianismo, é encantadoramente ambíguo. Mas não surpreende que as interpretações ortodoxas das religiões monoteístas desconsiderem tais ambigüidades, sobretudo no que respeita ao episódio da queda, que apresenta laivos de fina ironia: – as interpretações alternativas induziriam ao desespero, sendo, pois, inteiramente avessas aos propósitos de religiões eminentemente morais, e, por conseguinte, hostis a qualquer pessimismo trágico.

Com efeito, após demonstrar que Deus é o criador de todas as coisas, e que o homem é o auge da sua criação, o *Gênesis* conta que o Senhor o colocou no jardim do Éden para cultivá-lo e guardá-lo, impondo-lhe, porém, um mandamento: a proibição de comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Das demais árvores era livre para usufruir, mas da árvore proibida, se lhe provasse o fruto, morreria.

Conta ainda o mito que, do homem, Deus criou a mulher, a quem a serpente, um animal “astuto”, se dirigiu dizendo que, ao contrário do que Deus dissera, quem comesse do fruto proibido não morreria, mas se tornaria como deuses, “versados no bem e no mal”. A mulher considerou o fruto da árvore belo, apetitoso e “apropriado para abrir a inteligência”. – Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual ela o comeu e, generosamente, o ofereceu ao marido (ou irmão?), que também o comeu.

Então, precisamente como dissera a serpente, se lhes abrem os olhos e vêem que estão nus. Sentem-se envergonhados com a sua nudez, cobrem-na com folhas de figueira e, ao ouvir os passos do seu Senhor, que passeava pelo jardim, escondem-se de pavor. Deus, então, chama o homem e o interpela acerca da transgressão. Adão se defende acusando a mulher. Deus então se dirige a Eva, que, por sua vez, se defende acusando a serpente. O texto não diz se a serpente tentou se defender. Conta apenas que Deus a amaldiçoou. Certamente porque ela, simplesmente, dissera a verdade; isto é, se considerarmos verdadeiro o que de fato acontece.

Que os olhos dos homens se abriam, conforme anunciara a serpente, de fato aconteceu. Porém, a morte do homem, suposta conseqüência da transgressão, não foi imposta necessariamente pela ingestão do fruto, mas foi Deus quem, por negligência, os assassinou: ao expulsá-los do Éden, ele os impediu de comer do fruto da árvore da vida, o qual, supostamente, os permitiria viver para sempre. – Os homens não foram envenenados pelo fruto da árvore da ciência do bem e do mal, mas foram destinados à morte por inanição pelo seu próprio Pai, que lhes proibiu o alimento.

Como puderam os cristãos interpretar o relato da queda de uma maneira tão condescendente em relação ao Criador e tão dura em relação às criaturas? Porque as vítimas foram tão severamente inculpadas? A pobre serpente, que disse a verdade; a pobre mulher que desejou o fruto, porque Deus a fez capaz de desejá-lo, e que ainda o partilhou com o seu marido; e o pobre homem, que aceitou a dádiva de sua querida esposa. Como Deus pôde ter sido considerado bom e justo? O que é, afinal, bondade e justiça para o cristianismo? Porque, se pensamos bem, a bondade e a justiça divinas devem ser bem diferentes daquelas concebidas pelo senso comum dos ocidentais. – Ora, mas não foi o cristianismo o grande instaurador das noções de bondade e justiça que vigoram no ocidente?

Porque seus filhos não se sujeitaram à sua vontade, e o quiseram imitar, Deus os puniu severamente:

À mulher ele disse:

“Multiplicarei as dores de tuas gravidezes,
na dor darás à luz filhos.

Teu desejo te impelirá ao teu marido
e ele te dominará.”

Ao homem, ele disse:

“Porque escutaste a voz de tua mulher
E comeste da árvore que eu te proibira comer,
maldito é o solo por causa de ti!

Com sofrimentos dele te nutrirás
todos os dias de tua vida.

Ele produzirá para ti espinhos e cardos,
e comerás a erva dos campos.

Com o suor do teu rosto
comerás teu pão

até que retournes ao solo,
pois dele foste tirado.

Pois tu és pó
e ao pó retornarás.” (Gn 3,14-19).

Que a serpente dissera a verdade é o próprio Deus quem o atesta:

E o Senhor Deus disse: “Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal. Cuidemos, pois, que ele não estenda a sua mão e tome também do fruto da árvore da vida, e o coma, e viva para sempre.” E o Senhor Deus o expulsou do jardim do Éden para cultivar o solo de onde fora tirado. (Gn 3,22-23).

Antes de considerar uma das ironias do mito no qual, por surpreendente que seja, foi baseada a doutrina do pecado original, gostaria de interpelar o leitor: – Terá Deus sido justo ao condenar e punir os primeiros homens? Eram Adão e Eva sequer capazes de cometer pecado?

Já ressaltai suficientemente o fato de que foi Deus quem criou os homens da maneira como estes se encontravam no momento da suposta transgressão. Contudo, o mesmo Deus fez o fruto proibido atraente aos sentidos da mulher. (Não menciono o problema da serpente para evitar a obviedade).

O que gostaria de ressaltar agora é a inconsistência lógica do que se segue: A ingestão do fruto da árvore da ciência do bem e do mal é o que confere às pessoas a ciência do bem e do mal. Se alguém, sem a ciência do bem e do mal, ingere o fruto da

árvore da ciência do bem e do mal, é porque essa pessoa decidiu, livremente, praticar o mal. Eva, voluntariamente, sem saber o que é o bem e o que é o mal, decidiu pecar, ou seja, ela decidiu introduzir o mal na criação. Mas esse mal sequer existia antes que ela o produzisse. Ela escolheu algo inexistente, que Deus nunca criara, e ao fazê-lo o produziu. Ou seja, Eva, sem saber o que era o bem e o que era o mal, achou o fruto, que o bom Deus fez, atraente. Uma coisa atraente deve ser uma coisa boa, pois Deus a produziu assim, e Deus é bom! Por isso era bom que o fruto atraísse os sentidos de Eva. Mas como Eva não sabia o que era o bem e o que era o mal, o que era bom e o que era mau, como podia saber que não era bom comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal? – Eva simplesmente não podia saber que era mau o que ela estava fazendo. Mas ainda assim ela cometeu o mal aos olhos de Deus. Porque Deus, que sabe tudo, sabia que comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal é algo mau de se fazer. Eva não sabia que praticava o mal, e ainda assim o praticou, e se tornou culpada disso, porque ela o fez livre e voluntariamente. Eva, livre e voluntariamente, sem saber que o fazia, deu ao mundo a sua desgraça, e a dela própria. Essa é a razão pela qual foi justamente condenada.

Mas se pensarmos que o fruto não era mau, porque Deus só faz coisas boas, mas o comer o fruto era mau, porque Deus, que sabe todas as coisas, inclusive o que é mau, dissera que comê-lo era mau; então, não tendo sido ele quem comeu o fruto, não foi ele quem fez o mal. – Quem comeu o fruto foi Eva. Foi, portanto, Eva quem cometeu o mal.

Mas quem foi que fez com que comer o fruto fosse algo mau? Quem fez com que a transgressão da proibição fosse má? Quem instituiu a proibição, de sorte que a sua transgressão fosse má? Qual alma excelente, qual espírito extraordinária, sublime e incomparavelmente benévolo criou um fruto maravilhoso para, em seguida, proibir seus filhos de o comerem? E que ainda os castigou por tê-lo feito porque, ao fazê-lo, introduziram o mal no mundo? – A proibição não ensejou o mal! A única e exclusiva causa do mal foi o pecado, ou seja, a transgressão da proibição. Não foi pela lei que o pecado entrou no mundo; embora seja impossível haver pecado sem que haja lei! Foi pela vontade intencionalmente dirigida ao mal, de uma pessoa livre, que desconhecía o mal, porque não havia mal, que o mal entrou no mundo.

O leitor está confuso? O que acabou de ser dito lhe pareceu absurdo? Então reflitamos juntos por um momento.

Se alguém não possui o conhecimento de alguma coisa é porque a ignora? Se alguém ignora alguma coisa é livre para – voluntária e intencionalmente, praticá-la ou deixar de praticá-la? – O leitor reputa livre uma criança ignorante do que é certo e do que é errado? Ele a condenaria se ela fizesse o que ele dissera para não fazer, mesmo que ela nada tenha entendido do que ele disse? O leitor a puniria severamente? Ele a expulsaria de casa e a lançaria na sarjeta? Ele a privaria de comida e a deixaria morrer a míngua? Ele permitiria que ela contraísse uma doença que se transmitiria de geração em geração? – E permitiria tantos horrores de que tantos inocentes têm sido vítimas ao longo da história?

Mas continuemos refletindo. Se os primeiros homens se encontravam em um estado de ignorância do bem e do mal, não se infere que igualmente se encontravam em um estado de inocência? A imagem do mito bíblico que melhor expressa esse fato é a vergonha adquirida após a ingestão do fruto proibido. Mas perguntemo-nos sobre a verdadeira causa da perda da inocência. – Pode um inocente ser a causa da perda da sua inocência? Pode um ignorante ser a causa da perda da sua ignorância? – Não terá sido a consciência de haver praticado algo vergonhoso, e, por conseguinte, a perda da ignorância, que determinou a perda da inocência de Adão e Eva? Mas aqui é preciso notar que o relato evoca o que se entendeu por culpa de um modo que a faz parecer equivalente à vergonha. É impossível se inferir do texto, sem abrir mão da coerência, que os primeiros homens se tornaram culpados, mas tão simplesmente que perderam a inocência, no sentido de que, aprenderam o que é bom e o que é mal. Não pode se tornar culpado quem é inocente e ignorante. Assim, só após adquirirem a consciência de ter praticado o mal, foi que Adão e Eva se sentiram envergonhados. Mas somente doravante poderiam ser inculcados por decidirem, de forma voluntária e intencional, por fazer o que é mau aos olhos de Deus, que determina o que é bom e o que é mau. – Adão e Eva perderam a inocência ao perderem a ignorância. Mas quem lhes tolheu a ignorância? Se não queria que os homens adquirissem conhecimento, porque Deus o deixou ao seu alcance? Por que não o escondeu? Por que o fez de maneira atraente aos homens, ou por que fez os homens tão desejosos de conhecimento? – Estava ao alcance dos homens a possibilidade de evitar comer da árvore da ciência?!

Ante todo o exposto perguntamo-nos: Quem introduziu a culpa no mundo? Terá sido o inventor da Lei? Ou aqueles que a transgrediram? Terá sido quem criou o homem com vontade de transgredir? Ou aquele fadado a possuí-la?

O problema da vontade é fundamental nessa discussão. Adão e Eva quiseram comer o fruto da árvore da ciência do bem e do mal. Eles o fizeram voluntariamente: o fruto era desejável e, destarte, naturalmente o desejaram. – Mas o teriam comido se tivessem conhecimento da natureza do fruto e das implicações do ato de comê-lo?¹⁷

¹⁷ Não era Sócrates quem dizia do mal que só o podia praticar quem *ignorasse* o bem? O grande sábio acreditava que conscienciosa e intencionalmente ninguém seria capaz de cometer uma maldade, mas se o fizesse, o teria feito por ignorância. O conhecimento do bem, segundo ele, compeliaria ao seu exercício. No mundo criado por Deus, entretanto, as coisas não funcionam assim: o conhecimento do bem e do mal, além de não induzir absolutamente à prática do bem, afigura-se ainda intrinsecamente mau, uma pérfida ousadia punida com a morte. Os primeiros homens, no entanto, antes de praticá-la, supostamente conheciam o bem, pois que, do contrário, não o poderiam transgredir. Todavia, de nada lhes valeu esse conhecimento, uma vez que, a despeito dele, decidiram *livremente* abraçar a morte, a dor e a desgraça. Embora conhecendo congenitamente (quicá se possa dizer instintivamente) o bem, nada obstante, os primeiros homens decidiram abraçar o mal. A julgar pelas suas criaturas, ou Deus é idiota, ou é monstruoso.

4.4. O pecado original, de Paulo a Agostinho

Terá Deus sido justo ao condenar e punir os primeiros homens? Eram Adão e Eva sequer capazes de cometer pecado?

Quem fez com que a transgressão da proibição fosse má? – Quem instituiu a proibição, de sorte que a sua transgressão fosse má?

Se alguém ignora alguma coisa é livre para – voluntária e intencionalmente –, praticá-la ou deixar de praticá-la?

Se os primeiros homens se encontravam em um estado de ignorância do bem e do mal, não se infere que igualmente se encontravam em um estado de inocência?

Pode um inocente ser a causa da perda da sua inocência? Pode um ignorante ser a causa da perda da sua ignorância? – Não terá sido a *consciência* de haver praticado algo vergonhoso, e, por conseguinte, a perda da ignorância, que determinou a perda da inocência de Adão e Eva?

Adão e Eva perderam a inocência ao perderem a ignorância. – Mas quem lhes tolheu a ignorância?

Se não queria que os homens adquirissem conhecimento, por que o deixou a seu alcance? Por que não o escondeu? Por que o fez de maneira atraente aos homens, ou por que fez os homens tão desejosos de conhecimento?

Estava ao alcance de Adão e Eva a possibilidade de evitar comer da árvore da ciência? – Eles o teriam comido se tivessem conhecimento da natureza do fruto e das implicações do ato de comê-lo?

Ante todo o exposto perguntamo-nos: Quem introduziu a culpa no mundo? Terá sido o inventor da Lei? Ou aqueles que a transgrediram? Terá sido quem criou o homem com vontade de transgredir? Ou aquele fadado a possuí-la?

Muito boas essas perguntas. Gostaria muito que algum cristão monoteísta me as respondesse. (Digo cristão monoteísta porque é perfeitamente possível ser cristão sem ser monoteísta. A Simone Weil foi uma dos que, juntamente com os cátaros e os albigenses, alcançaram a proeza.) Gostaria muito que eles me as respondessem, mas, de antemão, sei o que me diriam: eis o mistério da fé! – Está bem. Eu sei disso. A fé não tem sentido. A fé não tem razão. Só não entendo por que acreditar nessas coisas será melhor do que acreditar em duendes, orixás, Papai Noel, ou na idéia, hoje em dia bastante difundida, de que temos em algum protozoário o nosso ancestral comum. A fé é realmente um mistério...¹⁸

Não me lembro onde está a passagem que diz: “que estejais sempre prontos a dar razões da vossa fé a quantos vo-lo pedirem.” Uma parte demasiadamente grande da minha vida eu passei tentando fazê-lo. Desisto! Não é possível. A fé monoteísta é absurda. Se o leitor quiser crê-la, que o faça porque é absurdo. Senão, engane-se a si mesmo, o que é sempre possível, e extremamente conveniente.

Mas retornemos ao assunto que estamos investigando: a doutrina do pecado original. Disse que Agostinho a inventou, mas talvez, ao dizê-lo, tenha cometido uma enorme injustiça com o primeiro, e maior, teólogo cristão, de quem se pode dizer que foi o mais importante dos artífices do cristianismo (quicá mais importante até mesmo do que o próprio Jesus, considerando-se que talvez nada se saiba do que ele, de fato, fez ou falou). Foi Paulo, o mais insidioso de todos os gênios, quem concebeu o mais capcioso de todos os conceitos. Agostinho apenas o batizou.

Aliás, sabemos que, dentre tantas influências recebidas por Santo Agostinho, nenhuma ultrapassa a de São Paulo. Vimos que foi lendo uma passagem da sua Carta aos Romanos que Agostinho se “converteu” ao cristianismo (ou, melhor dizendo, ao

¹⁸ Quanto a mim, fico com as crenças triviais da vida, que me são bastante úteis. Acredito, por exemplo, que nasci da mulher, a quem chamo de mãe, porque assim me disseram, embora esteja ciente do fato de sempre haver a possibilidade de eu estar enganado. Da mesma forma, minha mãe nunca me deu motivos para que eu desconfiasse da paternidade atribuída àquele a quem eu chamo de pai. Tenho orgulho de apresentá-los como os meus pais. – Entretanto, acreditar em Deus não mais me aproveita; porquanto, perdida a inocência, já não lhe posso chamar de paizinho querido, e a dor dos meus irmãos é indubitável. Então, para não ter que chamar Deus pelos adjetivos que mereceria ser chamado, talvez me aproveite ignorá-lo. Estou, sinceramente, tentando fazê-lo, mas trata-se do tipo de ação que não se pode tentar, porque, ao fazê-lo, obtém-se precisamente o contrário daquilo que se almeja, de sorte que talvez a minha obsessão por ele seja a sua maneira de me castigar. Quão misteriosos são os caminhos do Senhor...

cristianismo paulino, porque já fora adepto de duas outras “versões” do cristianismo: uma gnóstica e outra neoplatônica. Entretanto, com Paulo, Agostinho como que foi direto à última fonte acessível, sorver das águas mais puras do cristianismo então – e ainda hoje – disponíveis: as epístolas paulinas continuam sendo o limite do recuo no tempo aos primórdios dessa religião supostamente fundada por Jesus).

Todavia, decidi abordar essas questões a partir de Agostinho, e não de Paulo, porque foi por ele que Paulo mais influenciou a nossa cultura. Até Tomás de Aquino, o cristianismo ocidental foi, sobretudo, agostiniano, e voltou a sê-lo, principalmente, graças a Lutero e Calvino, que endossaram o agostinismo. Aliás, se eles o não fizeram mais enfaticamente foi porque doravante era necessário retornar às origens, isto é, às Sagradas Escrituras, e, por conseguinte, ao próprio Paulo, cujos escritos, mais do que os de qualquer outro autor, mesmo aqueles dos Evangelhos, constituem o alicerce e a essência da teologia cristã ocidental (e também da oriental, ainda que sem a mediação de Agostinho).

Com efeito, as epístolas paulinas, que tiveram o privilégio de integrar o Novo Testamento, e que têm, portanto, um status canônico, ou seja, são *Sagradas Escrituras*; foram redigidas antes de todos os evangelhos, em cerca dos anos cinquenta da nossa era, isto é, de dez a quinze anos antes que o fosse o mais antigo dos evangelhos, qual seja aquele atribuído a São Marcos, que provavelmente data dos anos sessenta.¹⁹

Advirta-se que, segundo a maioria dos maiores exegetas, os autores dos livros que integram o Novo Testamento os escreveram vários anos após a morte de Cristo. Os evangelistas não foram, pois, testemunhas presenciais dos ditos e feitos de Jesus, mas somente reduziram a termo uma já remota tradição oral sobre esse personagem messiânico prodigioso (apenas um entre tantos que habitavam as abundantes estórias que circulavam entre os judeus à sua época). Contudo, é amplamente admitido entre os exegetas, e, sobretudo, evidente a partir de uma apreciação minimamente objetiva desses textos, que os seus autores os redigiram à luz das suas próprias interpretações teológicas, razão pela qual as suas concepções são amiúde contraditórias.²⁰

Cumpra também advertir que a maioria dos livros do Novo Testamento é de origem desconhecida. Os Evangelhos, por exemplo, foram escritos anonimamente e, só muito mais tarde, atribuídos a apóstolos e amigos de apóstolos que provavelmente não os escreveram. Afinal, considerando-se que os discípulos de Jesus eram iletrados,

¹⁹ Cf. Ehrman, Bart D. *Jesus, interrupted*, p. 85.

²⁰ Idem.

cuja língua materna era o aramaico, é muito pouco provável que tenham sido capazes de escrever livros bem escritos em *grego* (muito embora a Deus nada seja impossível). Pode-se então presumir, a partir desses dados, que os Evangelhos não foram escritos pelos companheiros de Jesus, mas por pessoas que nunca o viram pessoalmente, que viviam em países diferentes do seu, e falavam uma língua diferente da sua. Assim, o motivo pelo qual os Evangelhos diferem tanto entre si deve-se ao fato de que os seus autores não se conheciam, e os redigiram segundo a sua própria compreensão da vida e da missão de Cristo. Se os de Marcos, Mateus e Lucas guardam alguma semelhança, ela se deve ao fato de os dois últimos terem sido baseados no primeiro, que, como eu havia dito, é considerado pelos exegetas o mais antigo de todos (enquanto o de João, que apresenta várias sofisticções teológicas ausentes nos outros três – por exemplo, o reconhecimento da divindade de Cristo! – teria sido o último a ser escrito, no início dos anos noventa da nossa era, isto é, mais de sessenta anos após a morte de Jesus).²¹

Ao contrário dos Evangelhos, portanto, e de todos os demais livros do Novo Testamento (à exceção talvez do Apocalipse, que realmente pode ter sido escrito por algum João), apenas sete livros quase certamente foram de fato redigidos pela pessoa a quem sua autoria foi atribuída. E que livros são esses? Cartas escritas por São Paulo para doutrinar as primeiras comunidades dos cristãos: *Romanos*, *1 e 2 Coríntios*, *Gálatas*, *Filipenses*, *1 Tessalonicenses*, e *Filemon*.²²

Os escritos paulinos são, portanto, a fonte primária a que deve recorrer quem queira compreender a origem do cristianismo e da doutrina cristã. Neles aprendemos que o próprio Paulo caçava ferozmente os cristãos antes de converter-se, ele mesmo, em um deles. Deste dado infere-se que a testemunha mais fidedigna do cristianismo não foi um seguidor de Jesus durante o seu ministério e, provavelmente, jamais o viu pessoalmente (nem por fotografia, obviamente). Paulo não vivia na Palestina, e a sua língua era o grego, e não o aramaico. No entanto, em seu apaixonado testemunho (o qual não seria, certamente, considerado em um tribunal humano, que provavelmente o destinaria a um manicômio judiciário como um terrorista fanático religioso), Paulo conta que o Jesus, aquele mesmo marginal que morrera suspenso em uma cruz, cujos seguidores ele perseguia violentamente, lhe apareceu “como a um abortivo”! – Causa pouca surpresa, se alguma, que Paulo tenha então se transformado, de opositor da fé

²¹ Ibidem, sobretudo no capítulo cinco.

²² Ibidem, p. 54.

cristã, no seu maior apologista. O mais novo apóstolo de Cristo anunciaria doravante o evangelho, isto é, a boa notícia, que ele aprendera, não dos que haviam participado do ministério do Messias, mas do Filho de Deus em pessoa. Ai, pois, de quem tentar contrariá-lo: que seja anátema! – O evangelho anunciado por Paulo “não é segundo o homem”, pois que ele não o aprendeu de algum homem, mas por revelação de Jesus, o Cristo do Pai (Cf. Gl 1,11-24).

Paulo é, portanto, a única testemunha ocular de Cristo, muito embora apenas o tenha encontrado uma única vez, cerca de trinta anos depois da sua morte, em uma experiência sobrenatural, e, portanto, completamente improvável. Não existe sequer um único registro histórico da existência de Jesus proveniente de uma fonte isenta do primeiro século de nossa era; e os que escreveram sobre a sua vida o fizeram a partir do que dele ouviram falar várias décadas depois que ele havia morrido (considerada a hipótese dele um dia ter nascido, evidentemente).²³

Tudo isso posto, vejamos, então, brevemente, o que diz o maior gênio cristão sobre o tema que estamos tratando, qual seja a doutrina do pecado original, de modo a cotejarmos as suas proposições com as interpretações agostinianas. Para tanto nos basearemos, sobretudo, na sua carta remetida aos apaixonados neófitos habitantes da sede do Império Romano, para a *edificação* da sua fé.

A humanidade desgraçada sob o império da Lei e do pecado

A Epístola aos Romanos é uma espécie de súpula da teologia paulina, sendo, pois, bastante significativo que ela apresente, logo no início, um libelo contra os seres humanos (1,18-3,20).²⁴ *Todos*, judeus e gentios, estão sob o domínio do pecado. Eis a nossa trágica condição, iniciada quando os nossos primeiros ancestrais legaram-nos a mais sinistra das maldições.

Através das suas obras, Deus deu-se a conhecer a todos os homens (1,19-20), tanto aos judeus como aos gentios. Todavia, ao invés de render-lhe graças pelo dom da criação, e reconhecer a sua majestade como o autor de tudo e benévolo doador da

²³ Causa, pois, pouca surpresa que os escritos paulinos tenham tão pouco a dizer sobre a vida de Jesus. As duas principais passagens em que Paulo trata do tema são Rm 1,1-6 e Fl 2,5-11.

²⁴ Salvo indicação em contrário, todas as citações bíblicas deste capítulo referem-se à Carta de São Paulo aos Romanos (Rm).

vida, os homens creram ser algo independente de Deus. Literalmente enlouqueceram: como dementes, pensaram ser o que não são.

Paulo parece pressupor a doutrina bíblica sobre o primeiro pecado: crendo-se astuto, Adão, o homem arquetípico, recusou-se a obedecer à *única* ordem que lhe fora dirigida: não *cobiçar* o conhecimento do Criador, não ousar tentar elevar-se à condição divina. Porquanto quis ser mais do que era, e, na sua insanidade, decidiu *ser como Deus*, e acreditou sê-lo; Adão, e com ele todos os homens, tiveram que arcar com os efeitos da sua visão distorcida da realidade: começaram a agir como animais, movidos pelos seus instintos. Por Adão o pecado entrou no mundo, e, pelo pecado, a morte. E, uma vez no mundo, a morte, como uma doença, foi transmitida a todos os homens, já que *todos* pecaram, e, foram, portanto, privados da glória de Deus.²⁵

Os homens são ímpios, ou seja, não reconhecem a soberania divina. Os seus pecados os tornam inimigos de Deus, motivo pelo qual a sua ira se manifesta contra eles. E como foram os homens que o ofenderam, cabe, portanto a Deus decidir se os perdoa ou não, se os reconcilia ou não. – Paulo anuncia que o Criador está disposto a absolvê-los! – Desde que, obviamente, eles abandonem a arrogância, e reconheçam o fato de estarem em falta com Deus, e de não poderem, absolutamente, viver sem ele, sejam judeus ou gentios, pouco importa: A salvação é para todos, porque todos estão sob o império do pecado! E ninguém, sequer os judeus, com suas boas obras, podem prescindir da divina graça para serem salvos.²⁶

Ora, nós vimos que nada disso aconteceria se Deus não houvesse imposto ao homem, por um lado, a vontade de um objeto, e, por outro, a proibição deste mesmo objeto. Que Paulo tivesse consciência deste fato, e, ao mesmo tempo, dificuldade em admiti-lo, demonstra-o a sua ambivalência em relação ao tema da lei.

Com efeito, Paulo reconhece que foi através da lei que ele conheceu o pecado (3,20; 7,7), o qual avultou pela sua intervenção (5,20), uma vez que, sem ela, o pecado está morto, mas com ela ele revive e produz a morte (7,8-10). Onde não há lei não há transgressão (4,15), sendo, pois, através dela que o pecado opera, agindo por ela não apenas no que fazemos, mas ainda no que *somos*.

²⁵ Cf. 1,21-22; 5,12-19

²⁶ Cf. Rm 1-2; 3,9; 5,12-19

“O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a Lei!” (1Cor 15,56). Sobram evidências na teologia paulina da sua suspeita de que, pela lei, a humanidade é impelida ao pecado. Aliás, basta ser ordinariamente humano para perceber-se que a proibição é um grande estímulo à transgressão (embora não necessariamente o único, ou tampouco o maior, mas, de qualquer maneira, o mais visceral, pois que se afigura, sobretudo, um enorme incentivo à curiosidade, como Kierkegaard o demonstrou em *O conceito de angústia*).²⁷

Entretanto, Paulo, de maneira incoerente e irreconciliável (como é próprio de quem reflete sobre o bem e o mal), afirma que a mesma lei é santa, justa e boa, assim como os seus preceitos (7,12).²⁸

Interpretemos, então, essas contradições, pois que, afinal, foi para tanto que a Bíblia foi escrita: para ser interpretada. – Conquanto não seja um exegeta autorizado, como filósofo, mas, sobretudo, como alguém que consagrou mais da metade da vida a pensar tais questões, aventurei-me a propor a minha própria interpretação, uma vez que as interpretações habituais não me têm satisfeito.

Quanto aos aspectos gerais da teologia paulina acerca da questão em análise, é possível dizer que a lei define o pecado enquanto transgressão, e, ao mesmo tempo, o condena. Ninguém pode isentar-se do seu império alegando desconhecê-la: mesmo antes que ela fosse revelada a Moisés, todos a conhecem desde o nascimento. Perante Deus, que se revela à consciência de cada pessoa, todas são culpadas. Aliás, já nascem culpadas, pois que a concupiscência, isto é, a cobiça dos “bens inferiores”, que são as “coisas deste mundo”, habita congenitamente a sua carne.

Do judaísmo Paulo herdou o dogma monoteísta segundo o qual existe um só Deus, que criou e controla o mundo. Como E. P. Sanders sabiamente observa, a sua crença na providência o induz a uma leitura retrospectiva da história, a começar pelas conseqüências, que Paulo presume serem manifestações da vontade divina. – Ora, se quis as conseqüências, Deus deve ter querido as causas (ou pelo menos as permitido em vista das conseqüências). Paulo, portanto, acredita que, se o Senhor da História o designou ao anúncio do evangelho aos gentios (Gl 1,16), então certamente quis salvar

²⁷ Cf. Rm 7,7-8. “Eu não conheci o pecado senão através da Lei, pois eu não teria conhecido a concupiscência se a Lei não tivesse dito: *Não cobiçarás*.”

²⁸ Encontram-se outros comentários positivos sobre a lei em Rm 3,31; 7,4-6; 8,4; 1Cor 7,19.

todos os homens pela fé em Cristo. Assim, ao contrário do que criam os judeus, a lei não foi concedida como salvação, pois que se assim o fosse, Cristo teria morrido em vão (Gl 2,21). Deus não pode, pois, ter desejado a lei como fim (Gal 3,21), mas como meio. Através dela judeus e gentios foram sujeitados ao pecado, tornando-se, assim, necessário o sacrifício expiatório de Jesus para a sua salvação (Rm 1-2).²⁹

Paulo não inova com a sua concepção radical de providência divina. A Bíblia Hebraica está repleta de exemplos, e os seus contemporâneos judeus compartilhavam a sua crença. Flávio Josefo, por exemplo, supunha que Deus mesmo determinara que Vespasiano e Tito esmagassem a revolta judaica de 66-73/4 para punir os seus eleitos pelas suas transgressões. Deus controla inteiramente a história, chegando a manipular os seus grandes personagens para que sirvam aos seus desígnios. O império romano, a exemplo do que ocorrera no passado com o egípcio e os mesopotâmios, foi apenas instrumento da justiça divina, que não deixa sem castigo os pecados dos homens.³⁰

Tudo o que Deus faz o faz visando o Bem. E o Bem visado por Deus para a humanidade inteira, segundo a interpretação paulina, é que, afinal, seja salva mediante o sacrifício do Filho de Deus feito homem. Se Deus enviou o Cristo para morrer pela salvação dos homens, então os homens precisavam ser salvos: do contrário Deus não o teria enviado. Ora, se malgrado o fato de haverem recebido o dom da lei, os judeus ainda precisavam de salvação, assim como os gentios, infere-se, pois, que a lei não é a condição suficiente para a salvação, mas apenas um meio de submeter todas as coisas ao poder do pecado, que o Criador pretendia vencer pelo sacrifício do seu Filho. Os homens, judeus e gentios, obtêm a salvação pela fé em Cristo e não pelas obras da lei. Sendo assim (como Paulo, de fato, sabia sê-lo, porquanto Deus o revelara), então os homens, desde o pecado de Adão à plenitude dos tempos, quando se deu a salvação, encontravam-se universalmente condenados, não obstante o seu grau de observância dos mandamentos. “Para acolher a justiça como um dom gratuito, é necessário, antes de tudo, renunciar à pretensão de obtê-la como algo devido.”³¹

²⁹ Cf. Sanders, E. P. *Paul*. New York: Sterling, 2009; p. 156.

³⁰ Cf. Rm 9,14-24. – “Com efeito, a Escritura diz ao faraó: *Eu te suscitei* precisamente para mostrar em ti o meu poder e para que meu nome seja celebrado em toda terra. De modo que ele faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer. Dir-me-ás então: por que ele ainda se queixa? Quem, com efeito, pode resistir à sua vontade? Mais exatamente, quem és tu, ó homem, para discutir com Deus? Vai acaso a obra dizer ao artífice: Por que me fizeste assim? O oleiro não pode formar da sua massa seja um utensílio para uso nobre, seja outro para uso vil? (Rm 9,17-21).

³¹ Nota da Bíblia de Jerusalém a Gl 3,22. – Cf. Rm 11,6: “... se é por graça, não é pelas obras; do contrário, a graça não é mais graça.”

“A Escritura encerrou tudo debaixo do pecado, a fim de que a promessa, pela fé em Jesus Cristo, fosse concedida aos que crêem” (Gl 3,22). Deus queria manifestar a todos a sua misericórdia, *por isso* os encerrou na desobediência (cf. Rm 11,32). Se os homens, e o mundo, não houvessem sido escravizados pelo poder do pecado, como, então, o Criador satisfaria a sua vontade de salvá-los? E se não existe outra forma de salvá-los senão pelo sacrifício do Cordeiro de Deus, os pilares do judaísmo (a criação, a eleição e o dom da lei) foram meramente condições de possibilidade da necessidade universal de salvação, pois que se os homens e o mundo tivessem sido feitos de outra maneira, ou se a lei não tivesse sido concedida aos seus eleitos, não haveria pecado, e, portanto, não haveria necessidade de salvação.³²

De fato, *a criação foi submetida à vaidade* – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. (Rm 8,20-21)

A despeito da sua crença em um conceito radical de providência divina, Paulo tenta conciliá-la com outra crença judaica endossada por ele: o livre-arbítrio. Se Deus predestinou todas as coisas e, nada obstante, os homens são livres para transgredir ou obedecer aos seus preceitos, então, ainda que tenha querido o pecado, mesmo assim os homens são culpados por tê-lo cometido. Sanders resume assim a teologia paulina: “Deus criou o mundo e controla a história; ele vai salvar o mundo através de Cristo; e tudo o mais, *até mesmo o pecado*, procede da sua vontade, mas lhe está submetido e é usado para o seu propósito”.³³ O próprio Deus endurece o coração dos homens para que pratiquem o mal. O que ele sempre fez aos inimigos do seu povo, de modo a que fossem instrumentos da sua justiça, também o faz a todos os homens. Se não fossem pecadores, os homens não teriam matado a Jesus; e se não o tivessem matado, como, então, seriam salvos? (Como a de um círculo quadrado, é inteiramente absurda a idéia de um acordo entre os conceitos de providência divina e humano livre-arbítrio.)

Deus, portanto, concedeu a lei como instrumento de condenação, de modo a que nenhum homem se justificasse pelas próprias obras, mas dependesse totalmente da divina graça. A lei pode servir para revelar o pecado à consciência do homem, mas é absolutamente incapaz de apagá-lo (Rm 3,20). Somente aqueles que morrerem com

³² Cf. Idem, capítulo cinco.

³³ Idem, p. 69.

Cristo para a carne, e, portanto, receberem a abundância da graça e o dom da justiça, vivendo no Espírito, e não sob a lei, serão salvos.³⁴

Sob a lei o pecado domina (Rm 6,14), e, através dela, as paixões pecaminosas operam em nossos membros, produzindo frutos de morte (7,5). Onde não há lei não há transgressão (4,15b), e foi sabendo disso que Deus a concedeu, para que o pecado abundasse, e, assim, a graça superabundasse (5,20).³⁵

Mas qual será o conteúdo da lei? Paulo acredita que se possa resumi-la em um único preceito: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”; o qual não parece guardar qualquer relação com aquele primordial: “Não me desobedecerás, não importa o que eu diga que tu faças!”.³⁶ Obedecer a Deus significa, pois, para Paulo, amar o próximo; de sorte que, sendo o amor ao próximo o epítome da lei, de que valem a circuncisão e as caducas normas relativas à pureza alimentar? – “*Ama e faz o que queres!*”.³⁷ Sequer a fé e a esperança superam o amor (cf. 1Cor 13,13).³⁸

O problema é que, para São Paulo (e para tantos quantos se tenham dedicado a observar o comportamento humano), os homens não são capazes de amar. Ora, se não são capazes de amar, como podem estar, de antemão, condenados? Ocorre que é nessa incapacidade mesma que consiste a sua condenação. Existe algo como que uma mórbida solidariedade dos homens no pecado, desde que, pela transgressão de um só homem, o pecado entrou no mundo, e, por meio dele, a morte (5,12). Os homens já não podem praticar a justiça em que o amor ao próximo consiste. A sua condenação é congênita porque o egoísmo os habita desde o ventre materno: – cada ser humano, desde que nasce, vive para si mesmo; quando deveria morrer para si mesmo, e viver para o próximo.

³⁴ Idem, p. 147. Cf. Gl 3,10-14.19.22.24-26. – “Ora, sabemos que tudo quanto a Lei diz é para os que estão sob a Lei que o diz, a fim de que toda boca se cale e o mundo inteiro se reconheça réu em face de Deus, porque *diante dele ninguém será justificado* pelas obras da Lei, pois da Lei vem só o conhecimento do pecado.” (Rm 3,20)

³⁵ Não obstante, Paulo endossa a doutrina monoteísta sobre a retribuição. Deus *retribuirá a cada um segundo as suas obras*: a vida eterna para os que praticam o bem, e a ira, a indignação, a tribulação e a angústia para os que praticam o mal, sejam judeus ou gentios, porque *Deus não faz acepção de pessoas*. (cf. Rm 2,5-16).

³⁶ Lv 19,18.

³⁷ Essa frase é de Agostinho, mas, como era de se esperar, totalmente coerente com a doutrina de São Paulo.

³⁸ Sobre o mandamento do amor como o epítome da lei, cf. Rm 13,8-10; Gal 5,14; Lv 19,18. – “Não devais nada a ninguém, a não ser o amor mútuo, pois quem ama o outro cumpriu a Lei. De fato, os preceitos: Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e todos os outros se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. *A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é a plenitude da lei.*” (Rm 13, 8-10).

Paulo endossa, sem qualquer reserva, a visão pessimista da natureza humana expressa pelo salmo 14:

Não há homem justo,
 não há um sequer,
 não há quem entenda,
 não há quem busque a Deus.
 Todos se transviaram,
 todos juntos se corromperam;
 não há quem faça o bem,
 não há um sequer. (Rm 3,10-12)

Paulo crê que a lei seja espiritual, porém sabe que o homem natural é carnal, e que foi “vendido como escravo ao pecado”. Não entende, pois, o que faz, porquanto não se trata do que gostaria de fazer, mas do que detesta. Ora, se faz o que não quer, reconhece que a lei é boa, visto que gostaria de pô-la em prática. Porém, na realidade, não mais é ele quem pratica a ação, mas o pecado que o habita. Paulo sabe, pois, que o bem não mora na carne, porquanto, embora querê-lo esteja ao alcance do homem, não o está, contudo, o praticá-lo.³⁹

Com efeito, não faço o bem que eu quero, mas pratico o mal que não quero. Ora, se eu faço o que não quero, já não sou eu que estou agindo, e sim o pecado que habita em mim. (7,19-20).

Pois a carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito à carne: eles se opõem reciprocamente, de sorte que não fazeis o que quereis. (Gl 5,17)

Paulo constata no homem dominado pelo pecado uma regra: quando ele quer fazer o bem, é o mal que se lhe apresenta. No íntimo do seu ser ele se compraz na lei de Deus; mas nos seus membros constata outra lei, que luta contra a lei da sua razão e o acorrenta à lei do pecado que vigora em sua carne.

Cumpra notar que Paulo representa o pecado como um poder autônomo em relação a Deus, capaz mesmo de sujeitar o homem que vive na carne. É por isso que, do abismo da sua tristeza, o desgraçado lamenta: “Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte?” (7,24-25).

Quem, senão aquele que entregou os homens desobedientes à impureza e às paixões infames, e que os abandonou à sua inteligência depravada? Paulo reconhece

³⁹ Cf. 7,14-18; Gl 5,17s.

que é o Criador quem entrega os homens à iniquidade como castigo pela iniquidade. Como dirá Agostinho, Deus intervém para punir o mal e da mesma punição pululam mais pecados.⁴⁰ O pecado é, pois, castigo de si mesmo. Deus o comina, e o homem o executa. Somente a autoridade divina pode, portanto, derrogar a pena que ela própria imputou. Mas, como?

A abundância da graça e o dom da justiça

O pecado original foi grave demais. Doravante, não basta, pois, ao homem, e mesmo não lhe é possível, praticar as obras de uma lei cuja única serventia é fornecer o conhecimento do pecado.

Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos Profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo, em favor de todos os que crêem – pois não há diferença, sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus – e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: *Deus o expôs* como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. (3,21-25).

A pena não pode ser extinta através do seu pleno cumprimento pelo homem, que chafurda na lama do pecado. Tampouco lhe aproveitaria converter-se, de modo a obter, pelos seus próprios méritos, a sua suspensão. Aliás, pretender obter a salvação por conta própria é a expressão mais ululante da empáfia do pecador, que se presume autônomo em relação a Deus. (Neste cenário, Kant foi, sem dúvidas, um dos maiores pecadores que o mundo teve a honra de acolher. Ele não admitia que somente Deus, pela manifestação da sua justiça, pudesse resgatar o homem da escravidão do pecado, e que o Senhor o fizesse espontaneamente, sem qualquer iniciativa humana.)

Mas em que, afinal, consiste essa justiça de Deus?

– Na sua misericórdia!

Como é peculiar o cristianismo: Deus se vinga dos pecadores cumulando-lhes de misericórdia! Será assim?

Deixemos que Lutero explique melhor o que Paulo quis dizer. Segundo a sua interpretação, a expressão “justiça de Deus” não denota o ato mediante o qual Deus

⁴⁰ Agostinho, *De nat. et grat.* 22,24, *apud* Cantalamessa, R. *A vida em Cristo*, p. 34.

castiga ou se vinga do homem, mas, ao contrário, o ato mediante o qual Deus declara o homem justo! Como já era de se esperar, Lutero aprendeu isso de Agostinho, quem disse: “A justiça de Deus é a graça perante a qual, por sua graça, nos tornamos justos, exatamente como a ‘salvação do Senhor’ (Sl 3,9) é aquela por meio da qual Deus nos salva”.⁴¹ – A *salvação* sendo, portanto, a graça pela qual Deus torna-nos *salvos*; convém a presunção de que a *justificação* seja a graça pela qual Deus torna-nos *justos*.⁴²

Eis, pois, o Evangelho, a boa notícia que Paulo anuncia a todos os homens: – quando a bondade e o amor de Deus se manifestaram, ele salvou-nos, não por causa dos atos justos que houvéssemos praticado, mas pela sua misericórdia! Afinal, Deus é soberano, e decide, portanto, livremente, a quem fazer misericórdia. Por conseguinte, a salvação não depende “daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus, que faz misericórdia” (9,16).⁴³

A justiça de Deus é a sua misericórdia, manifestada pela condenação à morte do seu próprio Filho pelos pecados dos homens!

O sacrifício expiatório era constitutivo das religiões antigas, dentre as quais o judaísmo. Um animal morria no lugar do homem por quem era sacrificado, expiando assim a sua transgressão. – A morte de Jesus foi sacrificial (cf. Rm 3,25).

“Cristo morreu pelos nossos pecados” (1Cor 15,3b).

Cristo nos remiu da maldição da Lei tornando-se maldição por nós, porque está escrito: *Maldito todo aquele que é suspenso no madeiro...* (Gl 3,13)

Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus. (2Cor 5, 21)

Deus, enviando o seu próprio Filho em uma carne semelhante à do pecado e em vista do pecado, condenou o pecado na carne. (Rm 8,3)

⁴¹ Agostinho, *De Spiritu et littera*, 32, 56, PL 44, 237, *apud idem*, p. 49.

⁴² Cf. Lutero, M. *Prefácio às obras em latim*, ed. Weimar, 54, p. 186, *apud ibidem*, p. 49.

⁴³ Eu não sei quanto ao leitor, mas a mim parece-me haver um abuso retórico nesses supostos “argumentos”. Mas continuemos a sua análise e assim talvez aprendamos sobre o processo criativo de uma doutrina religiosa bem sucedida. Talvez lhe possa ser útil se algum dia quiser criar a sua.

Como uma idéia tão hedionda pode ter medrado? A resposta, conquanto seja muito simples, está bem longe de ser evidente para as nossas mentes superprotegidas pelos excelentes mecanismos de defesa através dos quais nos enganamos: sequer um pensamento tão horrível é pior do que a suspeita de que Deus seja mau! – Quando se diz, portanto, que o Todo-Poderoso Criador e Senhor de todas as coisas, as visíveis e as invisíveis, trucidou o seu próprio unigênito, o horror desse gesto é amenizado pela finalidade pela qual foi praticado. Os fins divinos justificam os meios: pelo seu amor apaixonado pelos homens, suas criaturas miseráveis, o Senhor nosso Deus foi capaz de enviar o seu próprio filho, o cordeiro imaculado e sem defeito, para ser vítima da violência homicida dos seus degenerados irmãos adotivos.

Foi, com efeito, quando ainda éramos fracos que Cristo, no tempo marcado, morreu pelos ímpios. – Dificilmente alguém dá a vida por um justo; por um homem de bem talvez haja alguém que se disponha a morrer. – Mas Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando éramos ainda pecadores. (5, 6-8).

Em favor dos homens, Deus tratou como pecado aquele que não conhecera o pecado (Cf. 2Cor 5,21). Por nós, pelas nossas transgressões, o Santíssimo Verbo de Deus feito carne, se tornou maldição (Gl 3,13).

Veja bem, caro leitor: eu e você somos amados pelo Deus (1,7) cujo amor foi derramado em nossos corações (5,5), e do qual nada nos pode separar (8,39). – Não é verdadeira a conjectura aristotélica segundo a qual Deus move o mundo “enquanto é amado”, ou seja, enquanto é objeto de amor e causa final de todas as coisas.⁴⁴ (Talvez o “deus dos filósofos” o faça, mas ele não existe.) O Deus que genuinamente é, pelos séculos dos séculos, e que, portanto, não existe propriamente, porquanto é a causa de toda existência, cria (e não gera), e move o mundo, no tempo e no espaço, enquanto ama o mundo! Se não o amasse, não o teria criado, e se deixasse de amá-lo, o mundo subitamente deixaria de existir, pois que o seu amor o sustenta.

Não estou bem certo se a Bíblia de Agostinho era igual a minha, tampouco se a sua, ou se a minha, capacidade de interpretação é demasiadamente limitada, ou pelo menos extravagante, se, por ventura, qualquer interpretação, afinal, for possível; (terá sido Agostinho um pós-moderno?). O fato é que ele, ao contrário de mim, atribuía às

⁴⁴ *Metaf.* XII, 7,1072 b. *apud* Cantalamessa, R. *A vida sob o senhorio de Cristo*, p. 15.

Escrituras o caráter de esplêndida narrativa do amor de Deus.⁴⁵ Por que o mundo foi criado? Pelo amor de Deus! Por que Jesus Cristo se encarnou? Pelo amor de Deus! E por que ele morreu pela salvação de todos os homens? Pelo amor de Deus! E foi isso precisamente o que Paulo (cuja interpretação das Escrituras Agostinho endossou), de fato, havia afirmado.

(Foi Kierkegaard quem disse: não importa saber se Deus existe, mas somente que ele é amor. Nesta sentença meu colega ironista captou a essência do cristianismo. Não importa saber o como, basta saber o porquê, como dizia outro ironista. – Não é, pois, preciso – aliás, não é conveniente – conhecer como Deus nos salva, mas apenas a melhor, isto é, a mais palatável conjectura acerca das razões pelas quais o faz: – Ele nos ama!)

Por que o homem foi criado? Pelo amor de Deus! Mas por que foi criado da maneira como foi criado? Pelo amor de Deus! Então foi esse o pretexto pelo qual lhe foi conferido o livre-arbítrio, que lhe permitiu pecar e destruir toda a criação? Sim! O amor divino foi, portanto, o motivo extraordinariamente hediondo pelo qual tantas, e tão inocentes, pessoas foram torturadas, além de tantas outras que o são e o serão até que a raça humana seja extinta? (Como que ouço alguém urrar histericamente: não há inocentes, salvo Maria, a Santa Virgem Mãe de Deus Nosso Senhor Jesus Cristo, que foi concebida sem a mácula do pecado original!).⁴⁶

Ora, se for assim, então, de minha parte, eu rejeito o amor de Deus; de minha parte, continuarei a crer que há inocentes, e que eles não merecem sofrer inutilmente. (E não estou me referindo apenas às criancinhas dóceis, mas, sobretudo, àqueles que a má sorte destinou, pelo ódio, a serem a escória da sociedade, cuja morte, portanto, ela deseja. – Se a não desejasse, como então teria Cristo sido morto entre os ladrões? E como, sem o seu sacrifício, seríamos salvos? – Livre-nos Deus de um mundo bom, onde o sacrifício do seu Cordeiro seja desnecessário! Oh, *culpa feliz*, por cujos méritos o Criador do mundo foi obrigado, pelas ordens invioláveis do seu magnânimo amor, a conceder-me a mim, e a todos os meus irmãos, a salvação das nossas almas! Que o nosso grande patriarca, Adão, o primeiro mediano de todas as graças, seja bendito

⁴⁵ *Cat. rud.* I,8,4; PL 40,319 *apud* Cantalamessa, R. *A vida sob o senhorio de Cristo*, p. 15.

⁴⁶ Preciso enunciar uma pergunta pertinente: se a Santa Maria pôde ser poupada da mácula do pecado original, porque Deus não estendeu o benefício a todos os homens? Muito sangue deixaria de ser derramado se Ele o fizesse, inclusive o de seu Filho! – Se Deus quis evitar o mal, mas não pôde, é um imbecil! (*Si vult et non potest, imbecillus est; si potest et nun vult, invidus.*)

pelos séculos dos séculos! Se não fosse por ele, ainda viveríamos no tédio do paraíso, e não teríamos este mundo admirável, o melhor de tantos quantos seja possível, e no qual, portanto, a dádiva do sofrimento superabunda meramente para nos entreter.).

Os judeus, bem como os cristãos e os muçulmanos, louvam a Deus por todas as coisas: as boas, e as más. Qual argumento explica esse masoquismo? O Talmude o exprime: “tudo aquilo que Deus faz, o faz visando o bem”. Na vontade do Senhor se oculta o sentido de todas as coisas, por isso devemos nos abandonar a ela. O Senhor nos ama! A ciência desse fato deve bastar para convencer-nos a depositar nele toda a nossa confiança. “Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam, daqueles que são chamados segundo o seu desígnio” (8,28b).

Por exemplo, li hoje no jornal que oito pessoas, dentre elas um bebê de cinco meses, que estava no colo de sua mãe, foram mortas sábado à noite, vítimas de uma chacina na Vila Icarai, no bairro de Uberaba, em Curitiba. Segundo a polícia, o crime ocorreu quando seis criminosos chegaram, em três carros, e saíram atirando pela rua, atingindo pessoas que estavam transitando pela calçada, dentre as quais as que saíam do culto de uma igreja. – Foi o que aconteceu com Nilza Ribeiro dos Santos, que foi morta no momento que saía da igreja, com seu bebê, Mateus Alves da Silva, de cinco meses. O bebê estava no colo no momento dos disparos, e também morreu.⁴⁷

Não tivesse esta mulher sido morta, deveria ter gritado: Aleluia! E louvado a Deus por ter feito o que lhe aprouve, qual seja o melhor, para ela e para o seu bebê. – O Senhor, que dá por amor, também pode tomar por amor. Ele sabe sempre o que é melhor para nós, suas amantíssimas criaturas. Louvado seja o nome do Senhor! Tudo o que ele faz, sempre o faz visando o bem!

Permita-me, por gentileza, uma breve digressão.

O leitor sagaz certamente já se terá perguntado: “se Deus Pai todo-poderoso, Criador do mundo ordenado e bom, cuida de todas as criaturas (cf. 1Pd 5,7), por que então o mal existe?” Eis a resposta: “tudo o que Deus faz, inclusive o que permite, o faz visando o bem”.⁴⁸ Réplica insuficiente? Ainda restam perguntas? – Por que Deus

⁴⁷ Cf. Jornal *O Globo* de 5/10/2009.

⁴⁸ Há quem responda esta pergunta de forma menos breve e direta. Houve, por exemplo, quem introduzisse a sua resposta com as seguintes palavras: “Ora, para esta pergunta – tão premente quanto inevitável, tão dolorosa quanto misteriosa – não há uma resposta rápida: é o conjunto da fé cristã que constitui a sua resposta. *Não há um elemento sequer da mensagem cristã que não seja, em alguma medida, resposta*

não criou um mundo tão perfeito que nele *não pudesse* existir mal algum? Sendo o seu poder infinito, Deus sempre poderia ter criado algo melhor... – Como a intelligentsia cristã responde a isso? Dizendo que o Senhor, em sua sabedoria e bondade infinitas, quis livremente criar um mundo “*em estado de caminhada*” para a sua perfeição última. Este devir comporta, no desígnio divino, o aparecimento de determinados seres, e o desaparecimento de outros; o mais perfeito, mas também o menos perfeito; além das construções da natureza, também as destruições. – É por isso que, com o bem físico, existe, portanto, o mal físico. Ambos existirão, simultaneamente, enquanto a criação não houver atingido a sua perfeição (cf. CIC 310). Os anjos e os homens, as criaturas inteligentes e livres do Senhor, devem peregrinar voluntariamente em direção ao seu destino último. Podem, entretanto, desviar-se. E, de fato, o fizeram. Foi assim que o mal moral, incomensuravelmente mais grave do que o mal físico, entrou no mundo. Deus não é, de forma alguma, nem direta nem indiretamente, a causa do mal moral. Contudo, respeitando a liberdade da sua criatura, o permite; e sabe, misteriosamente, dele auferir o bem, pois que o Senhor Deus onipotente, por ser soberanamente bom, nunca deixaria qualquer mal existir nas suas obras se não fosse assaz poderoso e bom para fazer resultar o bem do próprio mal. – Assim, com o passar do tempo, pode-se descobrir que Deus, na sua onipotente providência, pode extrair um bem mesmo das conseqüências dos males morais produzidos pelas suas criaturas. Do maior mal moral jamais cometido, qual seja a rejeição e o homicídio do Filho de Deus, acarretado pelo pecado em todos os homens, Deus, pela superabundância da sua graça, tirou o maior dos bens: a glorificação de Cristo e a nossa Redenção. Com isso, porém, o mal não se converte em um bem, mas origina um bem que o supera: – “Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam” (Rm 8,28). (Cf. CIC 311-313). Se considerar essas respostas demasiadamente genéricas, sejamos mais específicos: – Por que Deus não impediu o primeiro homem de pecar? – São Leão Magno responde: “A graça inefável de Cristo deu-nos bens melhores do que aqueles que a inveja do Demônio nos havia subtraído.” (Salve o Demônio, portanto?!) E São Tomás de Aquino elucubra: “Nada obsta a que a natureza humana tenha sido destinada a um fim mais elevado depois do pecado. Com efeito, *Deus permite que os males aconteçam para deles tirar um bem maior.*” Por

ao problema do mal.” (cf. CIC 309). É preciso vencer os cétricos pelo cansaço, ou melhor, é preciso minar as resistências racionais daqueles que querem crer pela demonstração absurda de que o absurdo não é, afinal, tão absurdo quanto parece.

isso São Paulo declara: “Onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5,20), e a liturgia canta: “*Ó feliz culpa, que mereceu tal e tão grande Redentor!*” (cf. CIC 412).⁴⁹

Santa Catarina de Sena admoesta os que se escandalizam e se revoltam com o que lhes acontece dizendo: “tudo procede do amor, tudo está ordenado à salvação do homem; Deus nada faz que não seja para esta finalidade”. E São Tomás More, pouco antes de ser martirizado, consola assim a sua filha: – “Nada pode acontecer que Deus não tenha querido. Ora, tudo o que ele quer, por pior que possa parecer-nos, é o que há de melhor para nós”. (cf. CIC 313).

Espero que o leitor seja perspicaz o bastante para reconhecer que, se de todo mal decorre um bem, então não há culpa: só há mérito! Bem aventurados aqueles que cooperam com Deus no seu trabalho pela salvação dos homens. Que todos os santos sejam malditos, pois que não permitem que o Senhor manifeste a glória do seu amor misericordioso.

Ah! É verdade! Como fui capaz esquecer-me de que “todos pecaram, e todos estão privados da glória de Deus – e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus” (Rm 3,23-24)? Deus acabou com todo o motivo de vanglória ao reduzir, pela perversa instituição da lei, todos os homens à miserável condição de pecadores. E ele o fez porque nos ama!

Bem, seja como for, ao próprio Paulo deve ter soado no mínimo bizarra essa conjectura, porquanto ele tenta intimidar os seus detratores através de um argumento um tanto quanto duvidoso.

Mas então, se a nossa injustiça realça a justiça de Deus, o que diremos? Não cometeria Deus uma injustiça desencadeando sobre nós a sua ira? – Falo como homem –. (Rm 3,5)

Parece-me óbvio que sim. Entretanto, Paulo prossegue dizendo que não! “De modo algum! Se assim o fosse, como poderia Deus julgar o mundo?” (3,6) Excelente pergunta, Paulo! A mim me parece óbvia a resposta: Deus, evidentemente, não pode julgar o mundo. Ele não tem autoridade moral para fazê-lo.

⁴⁹ Que religião estranha, meu Deus! Não espanta que eu a tenha professado durante os anos da minha mocidade. Pelo menos não me envolvi com drogas: – por vezes, de fato, as circunstâncias têm um lado positivo que realmente supera o seu lado negativo.

“Se por minha mentira resplandece mais a verdade de Deus, para a sua glória, por que devo eu ser ainda julgado pecador?” (Rm 3,7) “Ora, a Lei interveio para que avultasse a falta; mas onde abundou o pecado, a graça superabundou” (5,20). Por que então não haveríamos nós, afinal, de *fazer o mal para que venha o bem?* (cf. 3,8).

O evangelho do amor de Deus já fora anunciado pelos profetas hebreus (1,2). Eles apregoavam que o Senhor nos ama como um pai, ou uma mãe, ama seus filhos, ou como um esposo ama sua esposa. Tendo feito tudo para provar-nos o seu amor e atrair-nos para si, e tendo todo o seu esforço redundado em fracasso, o que mais ele decide fazer? Matar o seu próprio filho! Não simplesmente para aplacar a sua sede de sangue (como costuma dizer quem não se deu ao trabalho de examinar a Bíblia com cuidado), mas para manifestar o seu amor às criaturas.

Mas, quais criaturas? Aquelas que livremente decidiram se voltar contra a sua vontade, e que não lhe deram a devida glória? Aquelas incapazes de fazer ao próximo – gratuitamente – aquilo que gostariam que o próximo lhes fizesse?

Se tiver sido Deus quem criou esse universo, tão vasto, e tão admiravelmente belo, por que nos reservou um lugar tão privilegiado? O que é o homem para dele o Senhor se lembrar e tratá-lo com tanto carinho? Por que Deus elegeu-nos objetos do seu infinito amor? (Cf. Sl 8,5) É preciso ter a auto-estima em muito baixa conta para considerar-se privilegiado por ser objeto do amor de alguém tão desprezível. Que se permita a reflexão e, mui provavelmente, o leitor constatará que ser amado por Deus, guardadas as devidas proporções, equivale a ser amado por Hitler, Stalin ou qualquer outro dos horrendos facínoras de que a história está cheia. (E, de fato, houve muitos que se orgulharam de ser objetos desse amor.)

Não fosse trágico, seria cômico. Porém, o que realmente espanta é o fato de a grande maioria dos cristãos, sequer os mais esclarecidos, não se darem conta de todas essas aberrações. Todavia, muitas vezes alguns (aliás, bastante inteligentes) de fato, as constataram. Não obstante, as abraçaram apaixonadamente. Refiro-me aos místicos, essa categoria excêntrica, presente em todas as religiões; e, de fato, os seus criadores e mentores. Paulo é somente um exemplo notável, dentre incontáveis outros.

Catarina de Sena dirige a Deus-Pai uma oração na qual pergunta: como pôde criar-nos, embora soubesse de todas as iniquidades que iríamos cometer? Trata-se de uma pergunta retórica, de cuja resposta ela já está convencida: Deus fez de conta que não via as torpezas das suas criaturas porque, “louco e ébrio de amor”, se enamorou

delas e as atraiu para si, dando-lhes o ser à sua imagem e semelhança. Foi o amor que o compeliu a criar o homem.⁵⁰

Essa oração de Santa Catarina de Sena remeteu-me a uma das muitas ironias da doutrina cristã: embora Deus o tenha feito à sua imagem e semelhança, o homem é reputado uma criatura abjeta. (Surpreende-me, portanto, que o homem não projete em Deus a sua maldade, mas o contrário. Alguma espécie de mecanismo de defesa o impede de admitir o razoável, mas isso é perfeitamente compreensível: – toda criança se sente culpada pelos abusos que o seu pai lhe perpetra; de modo que, geralmente, o fervor religioso costuma ser diretamente proporcional à constatação das desgraças do mundo e da vida, e, raramente, o contrário.)

Serei considerado excessivamente austero se disser de São Paulo que, se fora honesto, terá sido ingênuo? Pois que perguntara “Se Deus está conosco, quem estará *contra* nós?” (8,31). (Parecia realmente não se ter dado conta de *quem* está contra nós.) Contudo, ele logo acrescentou: “Quem não poupou o seu próprio Filho e o entregou por todos nós, como não nos haverá de agraciar em tudo junto com ele?” Essa frase me arrepiava, e faz-me acreditar que Paulo fora cúmplice nas improbidades do Criador. Afinal, não sei quanto a si, mas, de minha parte, rejeitaria tudo quanto procedesse de alguém que, dizendo-se apaixonado por mim, me entregasse o cadáver profanado do seu filho como prova do seu amor. Recuso-me terminantemente a ter parte na morte de um inocente. Prefiro antes ser destinado ao inferno, conservando as mãos limpas e a consciência tranqüila, do que partilhar o paraíso com um psicopata.

A morte de Jesus é um elemento cardeal do evangelho segundo São Paulo, do qual ele diz que não se envergonha (1,16). Paulo admite que “a linguagem da cruz” é loucura, tolice, estupidez, para os sábios desse mundo, isto é, para aqueles que ousam pensar por conta própria, e, por isso, se perderam (Cf. 1Cor 1,18). De fato, é preciso muita fé, e um tanto de estupidez (digo, da perspectiva da “sabedoria do mundo”) e, até mesmo, de insanidade, para abraçar esse evangelho. (Mas os humanos geralmente são assim. Se não o fossem, o que explicaria os totalitarismos do século XX? Líderes inescrupulosos impuseram, súbita e ferozmente, a sua vontade sobre as massas? Não sejamos ingênuos: – os povos têm os chefes que merecem. As plebes lhes adjudicam

⁵⁰ Cf. *Oração V*, apud Cantalamessa, R. *A vida sob o senhorio de Cristo*, p. 24. – O cristianismo tem que lançar mão dessas feminidades e romantismos para atrair as mulheres. E a sua estratégia foi muito bem sucedida.

o poder que voltam contra elas. Analise o leitor objetivamente o nosso século e verá de onde os seus grandes protagonistas extraíram a sua força. Eu lhe asseguro que não houve século mais democrático do que o nosso. Será essa a explicação para o fato de jamais ter havido século mais sangrento?)

Desculpe-me as digressões, mas não posso evitá-las. Retomemos, pois, o fio da meada. Eu dizia que a morte de Jesus está no cerne do evangelho de Paulo. Como se deu essa morte? Para os nossos propósitos, a resposta a essa pergunta nos fornece informações relevantes, mas é preciso antes que nos recordemos do fato de Jesus ser igualmente filho de Deus e filho do homem, ou seja, uma quimera hipostaticamente humana e divina.

Impossibilitado de apresentar neste exíguo espaço uma súpula ecumênica da dogmática cristã, pressuponho certos conhecimentos teológicos básicos a respeito de Jesus Cristo; como, por exemplo, o fato de ele ser o Filho Unigênito de Deus, *gerado* eternamente da sua própria substância. – Nós, ao contrário, fomos *criados* no tempo, e, embora sejamos irmãos de Jesus, o somos, no entanto, por *adoção*. – O interessante é que, ao contrário do que geralmente acontece, o Pai parece gostar mais de nós, sua prole pródiga e bastarda, do que do seu primogênito e único legítimo herdeiro (que é tão divino quanto Deus, ainda que verdadeiro homem). Digo: é o que parece. Senão, vejamos.

Malgrado a sua condição divina, Cristo Jesus não se apegou ciosamente à sua nobilíssima natureza, mas esvaziou-se de sua glória, e assumiu a condição de escravo, fazendo-se semelhante aos homens (cf. Fl 2,6-7). Por que o Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, por quem todas as coisas foram feitas, desceu do alto Céu, e se encarnou, pelo Espírito Santo, no seio da (Virgem) Maria, e se fez homem?

– “Por nós, homens, e para a nossa salvação”.

Foi, portanto, por nós homens, e para a nossa salvação que, na plenitude dos tempos, a fim de que recebêssemos a adoção filial, Deus enviou o seu próprio Filho, que, não fosse o fato de não ter pecado, seria tão humano quanto nós. O Santo, cuja carne humana foi concebida e formada no ventre de uma judia, nasceu neste mundo tenebroso, dominado pela Lei e pelo Diabo, para remir os que estavam sob o jugo da Lei e do Diabo (cf. Gl 4,4-5; Hb 2,14; 1Jo 5,19 e CIC 407).

Deus é materialista, obviamente. Para a sua glória criou o mundo e o homem, e apegou-se terrivelmente a eles. E foi tamanho o seu amor, e tão forte o seu apego, que encarnou a Palavra pela qual ordenou a existência de todas as coisas para que nós (suas criaturas inteligentes, todavia tornadas estúpidas) o soubéssemos. (– Afinal, de que vale criar uma obra-prima como o universo visto da perspectiva da eternidade, e não ostentar o crédito? Todavia, guardadas as devidas proporções, Deus fazê-lo seria como Rembrandt vangloriar-se de suas obras para uma criança de três anos, contente e orgulhosa dos seus rabiscos.)

– Somos incapazes de ver desde a eternidade para saber se, afinal, o universo valeu as nossas penas, Senhor! Desde aqui posso afirmá-lo convictamente: não valeu! Se o Senhor puder, pelo seu amor, desfaça os seus erros! Mas se o não puder (ou não quiser) que posso eu fazer a não ser submeter-me ao seu domínio? Quisera houvesse alternativa...

Tendo assumido a nossa miserável condição, Jesus Cristo humilhou-se ainda mais, obedecendo a Deus até a morte, e uma morte degradante, no alto de uma cruz, ladeado pelos bandidos, com os quais foi confundido (cf. Fl 2,8).

A morte do Messias foi tradicionalmente interpretada pelos cristãos como o propósito mesmo da sua vida, como a condição de possibilidade da nossa salvação, e, portanto, o cumprimento da missão designada por Deus. “Estava escrito” que Jesus devia morrer pelos nossos pecados, e ele o fez para que se cumprissem as Escrituras.

Por nós homens, e para a nossa salvação, Cristo, portanto, desceu dos céus; e, por nossa causa, foi crucificado sob Pôncio Pilatos.

Devo concluir este capítulo (que já quase se afigura um livro), participando ao leitor uma última indignação moral em relação a esse modelo, no mínimo excêntrico, de monoteísmo.

Sabemos que, de acordo com os cristãos, Cristo é o exemplo que os homens devem seguir; o arquétipo do indivíduo caridoso no qual todos nos devemos tornar. Mas em que consiste o seu exemplo, e o que é a caridade?

O exemplo de Cristo consiste na absoluta obediência a Deus. E a caridade é, dentre outras coisas, sobretudo, amor aos inimigos.

Parecem inofensivas propostas piedosas, mas são, de fato, escandalosas; uma terrível degenerescência do ideal de justiça dos monoteísmos judaico e islâmico, que muito longe de pregarem a caridade, pregam a justa retribuição.

Logo comentarei sobre a “virtude” da caridade, mas permita-me, antes, dizer algumas palavras sobre a obediência.

Por nós Cristo se fez obediente até a morte em uma cruz (Fl 2,8). Os desígnios divinos dispunham que Jesus sofresse e morresse; e mesmo assim ele entregou-se totalmente ao seu cumprimento. Não o fez, porém, como os ascetas que se refugiam no deserto e jejuam até a morte: a sua ascese, ao contrário, implicava consentir no crime dos que lhe infligiram o sofrimento e a morte. Crime inevitável, obviamente, pois que, senão, como se haveriam de cumprir as Escrituras? Era preciso, pois, que Cristo se tornasse o maldito de Deus e dos homens, e fosse suspenso na vergonha do madeiro.

...como pela desobediência de um só homem, todos se tornaram pecadores, assim, pela obediência de um só, todos se tornaram justos. (Rm 5,19)

Fomos justificados pela obediência de Cristo, que é a antítese da *desobediência* de Adão, o homem revoltado contra a tirania divina.⁵¹ – Se a desobediência de Adão consistiu na satisfação da sua *própria* vontade contra a vontade de Deus, a obediência de Cristo, em contrapartida, consistiu na *renúncia* à própria vontade. Jesus esvaziou-se, aniquilou-se, despiu-se da glória de sua autonomia para submeter-se *incondicionalmente* à vontade de Deus.⁵²

Pai, se queres, afasta de mim esse cálice! Contudo, *não a minha vontade*, mas a tua seja feita! (Lc 22,42)

O que é o mal senão desobediência e insubordinação? E o que é o bem senão obediência e submissão à vontade de Deus?

⁵¹ Cf. 1Cor 15,22.

⁵² Neste sentido o cristianismo e o islamismo se assemelham, mas os muçulmanos são bem mais criteriosos no discernimento dos desígnios divinos: os poderes deste mundo não derivam, necessariamente, a sua autoridade de Deus, portanto, devem ser combatidos em nome de Deus.

O meu alimento
é fazer a vontade daquele que me enviou
e consumir a sua obra. (Jo 4,34).

E qual é a vontade de Deus a respeito do Cristo? As Escrituras a proclamam:
Jesus veio cumprir tudo quanto estava escrito ao seu respeito.

Cristo supostamente disse: “Com efeito, o Filho do Homem vai ser entregue, *conforme está escrito ao seu respeito*, mas ai daquele homem por quem o Filho do Homem for entregue! Melhor seria para aquele homem não ter nascido!”

Como assim? Não era necessário que o Filho do Homem fosse entregue para que as Escrituras se cumprissem? Como, então, seria melhor que aquele por quem o Filho do Homem foi entregue não tivesse nascido?! Para que, então, afinal, Deus lhe deu a vida?! Deus é cínico ou imbecil?! – Pobre Judas.

Mais tarde Jesus diz que Pedro o negaria três vezes antes que o galo cantasse. Pedro protesta: “Mesmo que tiver que morrer contigo, não te negarei”. Pobre Pedro. Se Jesus dissesse que ele o negaria, como poderia não fazê-lo?

Então Jesus vai para o Getsêmani se angustiar pelo seu azar. “Meu Pai, se não é possível que isto passe sem que eu o beba, seja feita a tua vontade!”

Logo chega Judas, e o entrega aos seus algozes. Pedro, revoltado, corta fora a orelha do servo do sumo sacerdote, deixando Jesus indignado: “Guarda a tua espada no seu lugar, pois todos os que pegam a espada pela espada perecerão. Ou pensas tu que eu não poderia apelar para Papai, para que ele pusesse à minha disposição, agora mesmo, mais de doze legiões de anjos? E como se cumprirão as Escrituras, segundo as quais isso deve acontecer?” (Mt 26,52-54).

O que Jesus diria se Judas, afinal, decidisse não traí-lo? “Como ousas impedir o cumprimento das Escrituras, Judas?” De fato nem vale a pena especular como seria se isso acontecesse: em algum mundo possível Judas não trai Jesus? – Pouco importa. Sendo este o melhor de todos os mundos possíveis (o único que um bom Deus pode criar), e se, neste mundo o salvador é traído, obviamente seria mau se ele o não fosse. Azar de quem deve traí-lo. Mas o que fazer se cada um tem apenas o destino que lhe cabe, e não o que merece?

Jesus é, então, levado ao Sinédrio, onde não contesta as acusações que lhe são dirigidas, e depois é conduzido à presença de Pôncio Pilatos, governador da Judéia. Neste ínterim, vendo que Jesus fora condenado, Judas é acometido de uma profunda

e dolorosa contrição. Porém, constatando a sua incapacidade de evitar as implicações do seu pecado, e de fazer o que o mestre lhe dissera ser melhor do que traí-lo: não ter nascido, fez o que de mais próximo disso estava ao seu alcance: se matou (porquanto nem mesmo o próprio Deus pode fazer com que alguém não tenha nascido: – se algo veio a ser, já era!). (Bom mesmo seria se Deus não fosse. Mas quem poderia fazê-lo?)

Pilatos, constringido pela sede de sangue da multidão, entrega Jesus para ser crucificado. A seqüência hedionda dos acontecimentos nos é bastante conhecida, de modo que não me sujeitarei ao desprazer de descrevê-la.⁵³

Um aspecto sempre me perturbou profundamente nos relatos da paixão: para que se cumprissem as Escrituras, e se fizesse a vontade de Deus, foi imprescindível a cumplicidade do pecado. Isso é simplesmente escandaloso! Alguma religião poder ser mais sórdida do que o cristianismo?

Todos nós como ovelhas, andávamos errantes,
seguindo cada um o seu próprio caminho,
mas *Iahweh fez cair sobre ele*
a iniquidade de todos nós.
Foi maltratado, mas livremente humilhou-se e não abriu a boca,
como um cordeiro conduzido ao matadouro;
como uma ovelha que permaneceu muda na presença de seus tosquiadores
ele não abriu a boca. (Is 53,6-7)

Quem se entrega passivamente aos algozes não é cúmplice da sua iniquidade?
Se a revolta não for indício de amor à justiça, então, o que o será?

O cristianismo (ao contrário do judaísmo e do islamismo) é categoricamente avesso a qualquer revolução. O cristianismo é essencialmente conformista.

O Senhor *Iahweh* abriu-me os ouvidos
e *eu não fui rebelde,*
não recuei.
Ofereci o dorso aos que me feriam
e as faces aos que me arrancavam os fios da barba;
não oculte o rosto às injúrias e aos escarros. (Is 50,5-6)

Jesus não obedeceu por temor do castigo, obviamente, nem pela esperança de uma recompensa, mas por amor!

⁵³ Sem que o soubessem, Judas, Caifás, Herodes, Pilatos, as multidões, etc. foram instrumentos para que se cumprisse a vontade de Deus.

“Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Mt 27,46).

“Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito.” (Lc 23,46).

Se a *paixão* de Cristo não for doentio masoquismo, então não sei o que o será. Não terá faltado a Jesus sentir uma raiva, sadia e justa, do seu Pai? Mas esse não é um sentimento que vítimas de abuso paterno obtenham com facilidade. Tentam sempre preservar a crença de que o seu pai é tão importante quanto ocupado, mas se importa com elas. Amiúde o fazem na proporção do desprezo que lhe manifestam.

A obediência implica a renúncia da própria vontade, e a submissão à vontade alheia, ainda que diametralmente oposta aos interesses do renunciante: quanto maior a renúncia implicada, tanto maior será o valor da obediência. Em última instância, é a própria vida que se deve sacrificar no altar da obediência.⁵⁴

Exorto-vos, pois, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vossos corpos como hóstitia viva, santa e agradável a Deus: eis o vosso culto espiritual. (12,1)

A obediência cega é o paroxismo da fé, a que todos os cristãos são chamados. Obediência não à razão, obviamente, mas à vontade de Deus manifestada na vontade das autoridades constituídas.

Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois – *não há autoridade que não venha de Deus* –, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que – *aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus*. – E os que se opõem atrairão sobre si a condenação. – Os que governam incutem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás elogios, pois ela *é instrumento de Deus para te conduzir ao bem*. Se, porém, praticares o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: – *ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal*. – Por isso é necessário submeter-se não somente por temor do castigo, mas também por *dever de consciência*. É também por isso que pagais impostos, pois *os que governam são servidores de Deus*, que se desincumbem com zelo do seu ofício. *Dai a cada um o que lhe é devido*; a taxa a quem é devida; a reverência a quem é devida; a honra a quem é devida. (13,1-7).⁵⁵

⁵⁴ Não nos esqueçamos de Abraão e sua disposição radical de oferecer a Deus o seu bem mais precioso. Cf. Gn 22,18.

⁵⁵ Cf. Tt 3,1; 1Pd 2,13-17.

Esse é um daqueles textos cujo espírito se identifica plenamente com a letra. Paulo quis dizer exatamente o que disse, e a sua mensagem é perfeitamente coerente com a sua herança judaica, compreendendo as noções fundamentais de providência e retribuição: Deus domina todas as coisas, e pode mesmo lançar mão, para manifestar a sua justiça, de recursos tão inusitados quanto os mais vis poderes seculares. Assim o interpretaram Agostinho e Lutero, mas essa é uma teologia totalmente compatível com a teleologia de sistemas otimistas, como o neoplatônico ou o hegeliano.

Talvez possa ser útil contextualizar esse elemento político da teologia paulina. Por volta do final dos anos cinqüenta, judeus zelosos começavam a se revoltar contra o domínio romano. Tão cosmopolita quanto só podia ser alguém, ao mesmo tempo, fariseu, grego e cidadão romano, Paulo previa que uma revolução contra os poderes desse mundo tenebroso só podia acabar mal. Os romanos, naturalmente, tinham uma paciência limitada: condescendiam nobremente quanto aos seus súditos desprezíveis, desde que não lhes ousassem desafiar. Sabemos que Paulo estava inteiramente certo: em breve os romanos aniquilariam Jerusalém, ao findar a sua paciência e o seu senso de humor, esvaído o caráter cômico da excentricidade megalômana de sujeitos que – a despeito da sua absoluta indigência – insistiam em provocá-los. Portanto enfadados com esse espetáculo burlesco, os romanos divertiram-se incendiando o circo.

Paulo não era o único que, talvez por um evoluído instinto de preservação da espécie, aconselhava a submissão:

Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor, seja ao rei, como soberano, seja aos governadores, como enviados seus para punir os malfeitores e para o louvor dos que fazem o bem. (1Pd 2,13-14).⁵⁶

Devemos mesmo rezar pelos reis, e por todos os que detêm autoridade, a fim de que levemos uma vida calma e serena, com toda piedade e dignidade, já que é por eles que Deus nos governa (cf. 1Tm 2,1-2).

Devemos obedecer ao poder público da mesma forma que os servos aos seus senhores:

Servos, obededei em tudo aos senhores desta vida, não quando vigiados, para agradar a homens, mas em simplicidade de coração, no temor do Senhor. (Cl 3,22)

⁵⁶ Cf. 1Pd 2,18-25 e 1Tm 2,2.

Vós, criados, sujeitais-vos, com todo o respeito, aos vossos senhores, não só aos bons e razoáveis, mas também aos perversos. (1Pd 2,18)

Servos, obededei, com temor e tremor, em simplicidade de coração, a vossos senhores nesta vida, como a Cristo, servindo-os, não quando vigiados, para agradar a homens, mas *como servos de Cristo, que põem a alma em atender a vontade de Deus*. (Ef 6,5-6)

Permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado. Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isto. (1Cor 7,21a)

Paulo devia saber que neste mundo há os que servem e os que são servidos, e não é muito inteligente tentar inverter a ordem natural das coisas. De qualquer modo, o fundamento do seu argumento é a idéia de providência divina: Deus governa todas as coisas, até mesmo pelo domínio de potências estrangeiras aparentemente inimigas. Essa mensagem está longe de ser uma novidade cristã. Os profetas já a anunciavam.

O que disse Iahweh pela boca de Jeremias?

Eu fiz a terra, o homem e os animais que estão sobre a terra, por minha grande força e com meu braço estendido e os deí a quem me aprouve. Mas agora entreguei todas essas terras nas mãos de Nabucodonosor, rei da Babilônia, meu servidor (...).

A nação ou o reino que recusar servir a Nabucodonosor, rei da Babilônia, e não entregar o seu pescoço ao jugo do rei da Babilônia, eu castigarei essa nação pela espada, pela fome e pela peste – oráculo de Iahweh – até que eu a consuma por sua mão.

Quanto a vós, não ouçais os vossos profetas, os vossos adivinhos, os vossos sonhadores, encantadores e mágicos, que vos dizem: não servireis o rei da Babilônia. Porque é mentira o que eles vos profetizam para afastar-vos de vossa terra, para que eu vos disperse e vós pereçais. Mas a nação que submeter o seu pescoço ao jugo do rei da Babilônia e o servir, eu a farei repousar em meu solo – oráculo de Iahweh – para que o cultive e habite nele. (Jr 27,5-11).

Nos dias de Paulo, Roma era a nova Babilônia. E em nossos dias, qual será? Desde o século XX se tem tornado cada vez mais difícil identificá-la. E cumpre ainda perguntar a quais profetas devemos ouvir: se os do leste ou os do oeste, ou se os do norte ou os do sul. Há profetas por todo parte, assim como Babilônias em potencial.

Depois de Jeremias, o chamado Segundo Isaías, que profetizou após o exílio, anuncia que, tendo Babilônia sido destruída pelos persas, Ciro, seu rei, é o novo líder a que devem obedecer.

Assim diz Iahweh ao seu ungido, a Ciro que tomei pela destra.
 a fim de subjugar a ele as nações
 e desarmar reis,
 a fim de abrir portas diante dele,
 a fim de que os portões não sejam fechados.
 Eu mesmo irei à tua frente e aplanarei lugares montanhosos,
 arrebentarei portas de bronze,
 despedaçarei as barras de ferro
 e dar-te-ei tesouros ocultos,
 e riquezas escondidas,
 a fim de que saibas que eu sou Iahweh,
 aquele que te chama pelo nome,
 o Deus de Israel. (Is 45,1-3)

Eu formo a luz e crio as trevas,
 asseguro o bem-estar e crio a desgraça:
 sim eu, Iahweh, faço tudo isto. (Is 45,7)

Ai daquele que contende com o que o modelou,
 vaso entre os vasos de terra!
 Por acaso dirá a argila àquele que a molda:
 “Que estás fazendo?”
 A tua obra não tem mãos!”
 Ai daquele que diz ao seu pai:
 “Que é que geras?”
 E a uma mulher: “Que é que dais à luz?”
 Assim diz Iahweh,
 O Santo de Israel, seu criador:
 Pedem-me sinais a respeito da obra das minhas mãos!
 Ora, fui eu que fiz a terra
 e criei o homem sobre ela!
 Foram as minhas mãos que estenderam os céus,
 eu é que dei ordens a todo o seu exército.
 Fui eu que suscitei este homem para assegurar a implantação da justiça
 E aplanarei todos os seus caminhos.
 Ele reconstruirá a minha cidade
 e reconduzirá os meus exilados, sem preço e sem indenização,
 diz Iahweh dos Exércitos. (Is 45,9-13)

Estes são textos seminais do monoteísmo, e dizem muito sobre o seu caráter:
 Ou Deus é todo-poderoso, ou não é Deus.⁵⁷

⁵⁷ Seria, pois, bem plausível, segundo a lógica do monoteísmo, que algum profeta anunciasse, a respeito de Hitler, as seguintes palavras do Senhor: “Eu o enviei para castigar o meu povo!”.

Seja como for, os cristãos são chamados a obedecer, ainda que sob o ônus do martírio. Enquanto vivemos na “cidade dos homens”, obedecemos àqueles que Deus investiu de autoridade. Quando chegarmos à “cidade de Deus”, obedeceremos então ao próprio Senhor, sem intermediários.

Prometi que diria algumas palavras sobre a caridade como amor aos inimigos, mas, após tudo quanto disse acerca da obediência, resta apenas concluir que obedecer aos algozes não é suficiente, é preciso ainda amá-los.⁵⁸ Eis a vingança cristã.

– Não façais justiça por vossa conta, caríssimos, mas dai lugar à ira, pois está escrito: *A mim pertence a vingança, eu é que retribuirei*, diz o Senhor. Antes, *se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer, se tiver sede, dá-lhe de beber. Agindo desta forma estarás acumulando brasas sobre a cabeça dele. Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem.* (Rm 12,19-21)

O que fizeram os cristãos do monoteísmo?! É óbvio que o amor aos inimigos não vence a batalha contra o mal! O amor aos inimigos, definitivamente, não é justo, mas o paroxismo da anuência à injustiça. O amor aos inimigos não é bom, tampouco é humano. Só pode, portanto, ser mal, e, portanto, divino, o amor aos inimigos. Mas talvez seja apenas patológico, como se pode facilmente inferir dos estudos acerca de síndromes como a de Estocolmo, quando as vítimas desenvolvem com seus algozes uma relação paradoxal, tomando-os por seus benfeitores. – Quiçá seja o cristianismo nada além de uma modalidade coletiva de algum análogo transtorno.

Quiçá, no entanto, seja uma doutrina tão sublime, e uma verdade tão elevada, que o nosso entendimento limitado seja, simplesmente, incapaz de alcançá-lo.

Mas, como sabê-lo?

Agora Nabucodonosor, agora Ciro, agora Roma, agora Hitler, agora Stalin, e agora Roosevelt, agora Osama Bin Laden, e agora Bush, agora a China, agora o Irã, e agora a Rússia. E, então, o fim do mundo.

⁵⁸ “Abençoai os que vos perseguem; abençoai e não amaldiçoais.” Rm 12,14. Cf. Mt 5,38-48 e Lc 6, 27-36). – “Não resistais ao homem mau”. Mt 5,39a. – “Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; desse modo vos tornareis filhos do vosso Pai que está nos céus, porque ele faz nascer o seu sol igualmente sobre maus e bons e cair a chuva sobre justos e injustos. Com efeito, se amais aos que vos amam, que recompensa tendes?” Mt 5,44-46a.

Com efeito, a linguagem da cruz é loucura para aqueles que se perdem, mas para aqueles que se salvam, para nós, é poder de Deus. Pois está escrito:

*Destruirei a sabedoria dos sábios
e rejeitarei a inteligência dos inteligentes.*

Onde está o sábio? Onde está o homem culto?

Onde está o argumentador deste século? Deus não tornou louca a sabedoria deste século? Com efeito, *visto que o mundo por meio da sabedoria não reconheceu a Deus na sabedoria de Deus, aprouve a Deus pela loucura da pregação salvar aqueles que crêem*. Os judeus pedem sinais, e os gregos andam em busca da sabedoria; – nós, porém, anunciamos *Cristo crucificado*, que para os judeus é *escândalo*, para os gentios é *loucura*, mas para aos que são chamados, tanto judeus como gregos, é Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. Pois *o que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens*, e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens. (1Cor 1,18-25).

Mas o que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios; e, o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte; e, *o que no mundo é vil e desprezado, o que não é, Deus escolheu para reduzir a nada o que é, a fim de que nenhuma criatura se possa vangloriar diante de Deus*. (1Cor 1,27-28).

Ninguém se iluda: *se alguém dentre vós julga ser sábio aos olhos deste mundo, torne-se louco para ser sábio; pois a sabedoria deste mundo é loucura diante de Deus*. Com efeito, está escrito:

Ele apanha os sábios em sua própria astúcia.

E ainda

O senhor conhece os raciocínios dos sábios; sabe que são vãos. (1Cor 2,18-19)

Ó abismo da riqueza, da sabedoria e da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e impenetráveis os seus caminhos!

Quem, com efeito, conheceu o pensamento do Senhor?

Ou quem se tornou seu conselheiro?

*Ou quem primeiro lhe fez o dom
para receber em troca?*

Porque tudo é dele, por ele e para ele. A ele a glória pelos séculos! Amém. (Rm 11,33-36).

Marana tha! (Antes que seja tarde demais...)